



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ELAINE CRISTINA MEDEIROS SILVA

**BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO ACERCA DA
SUA RELAÇÃO COM O ESTIGMA DA POBREZA E SEUS IMPACTOS
COMO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2017**

ELAINE CRISTINA MEDEIROS SILVA

**BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO ACERCA DA
SUA RELAÇÃO COM O ESTIGMA DA POBREZA E SEUS IMPACTOS
COMO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho

CAMPINA GRANDE – PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586b Silva, Elaine Cristina Medeiros.
Bolsa família [manuscrito] : um estudo bibliográfico acerca da sua relação com o estigma da pobreza e seus impactos como programa de transferência de renda / Elaine Cristina Medeiros Silva. - 2017.
59 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017.

"Orientação : Profa. Dra. Maria Noalda Ramalho, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Programa social . 2. Bolsa família . 3. Assistência social.
4. Desigualdade social . 5. Transferência de renda.

21. ed. CDD 361.61

ELAINE CRISTINA MEDEIROS SILVA

**BOLSA FAMÍLIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO ACERCA DOS
OS IMPACTOS DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E SUA
RELAÇÃO COM O ESTIGMA DA POBREZA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 01/12/2017

BANCA EXAMINADORA

Maria Noalda Ramalho

Prof. Dr. Maria Noalda Ramalho (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Fernanda Alves Guedes

Fernanda Alves Guedes
Assistente social supervisora de campo de estágio

Sara Camêlo Aguiar

Sara Camêlo Aguiar – Assistente Social
Doutoranda pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Dedico este trabalho a todas as famílias
brasileiras que são beneficiárias do
Programa Bolsa Família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por tudo que tem feito por mim, por ter me capacitado a chegar até aqui, por ter me ajudado nos momentos mais difíceis, por sua fidelidade, a Deus toda minha gratidão.

Agradeço à minha mãe, Maria Elisabete, e ao meu pai, Marcelo Medeiros, por todo suporte que me deram, por estarem sempre presente em todos os momentos, os agradeço por tudo.

Agradeço à minha preciosa avó, Maria das Neves, em memória, que, junto com meus pais, sempre foi suporte não só na minha vida pessoal, mas também na minha trajetória como estudante, agradeço a ela por todo amor e cuidado, e por tudo que fez por mim.

Agradeço à minha supervisora de estágio e orientadora de TCC, Noalda Ramalho, por me acompanhar e contribuir principalmente nesse processo final da graduação.

Agradeço, desde já, pela contribuição da banca examinadora composta por minha orientadora, Noalda Ramalho, e às Assistentes Sociais Sara Camêlo e Fernanda Guedes.

Agradeço à instituição Papel Marchê, onde fiz o meu estágio obrigatório, no nome dos coordenadores Érika Mathias, Waldênio Dias e Siudete Costa, por me receberem tão bem.

Agradeço, especialmente, às assistentes sociais e supervisoras de campo do setor social, Susana Tavares, Fernanda Guedes e Juliana Aguiar, por todo apoio, estímulo e suporte que me deram. Sou demasiadamente grata a vocês pela melhor experiência de estágio que poderia ter, junto à contribuição e suporte da professora Noalda Ramalho, tendo este trabalho como fruto dessa vivência.

Agradeço, em especial, ao meu namorado Hamul Vieira e seu irmão Hezrom Vieira por todo suporte, encorajamento e auxílio durante a execução desse trabalho.

Agradeço, também, aos meus colegas de turma que foram essenciais durante a minha trajetória na graduação, incluindo minha companheira de turma, Selma Diniz, que realizou o projeto de intervenção de campo junto comigo.

E agradeço a todas as outras pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente, meu muito obrigada pelo apoio e carinho.

“No melhor dos casos, a pobreza é estigmatizada como uma situação humilhante que – quaisquer que sejam suas causas – impõem silêncio e vergonha aos que nela se encontram” (Rego & Pinzani).

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar um estudo bibliográfico acerca da relação do Bolsa Família com o estigma da pobreza e seus impactos como programa de transferência de renda, nos aspectos econômicos, sociais e culturais. O tema abordado surgiu a partir do projeto de intervenção “A Informação como Instrumento para a Concessão do Programa Bolsa Família”, desenvolvido na Organização Papel Marchê, através do estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. No percurso teórico privilegamos a reflexão sobre a trajetória da política de assistência social no Brasil, o surgimento dos programas de transferência de renda e a criação do Programa Bolsa Família, abordando sua origem, o perfil econômico, social e cultural dos seus beneficiários, sua relação com o estigma da pobreza e os impactos na vida das famílias beneficiárias, como programa de transferência de renda. Para tal reflexão, recorreremos às análises de Sartori (2012), Soares e Sátyro (2010), Cotta e Paiva (2010), Rego e Pinzani (2014) e Castro et al. (2009). Os apontamentos finais do estudo indicam que o Programa Bolsa Família representou grandes avanços diante dos programas anteriores, pois ampliou sua cobertura para todos os municípios do país, adotando as contrapartidas nas áreas de saúde e educação e aprimorando o gerenciamento do programa com a efetivação do Cadastro Único (CadÚnico). O estudo também indicou que os estigmas que cercam o referido Programa emergem dos valores neoliberais difundidos num país que historicamente cultivava preconceitos e a exclusão dos pobres, e se colocam contra as ações do Estado quando o mesmo atua na promoção de políticas sociais. Sobretudo apontou-se que, o Bolsa Família, apesar das limitações, revela avanços incontestáveis que geram impactos significativos para a população desassistida em todo país, proporcionando o vislumbre de novas possibilidades para as famílias beneficiárias, onde a análise desses impactos contribuíram na desmistificação dos principais estigmas direcionados ao Programa e aos beneficiários. No entanto, ressaltou-se que para que os beneficiários se percebam como sujeitos de direitos e exerçam de fato a sua cidadania, faz-se necessário um trabalho maior dos gestores do Programa Bolsa Família na promoção de espaços de debate democráticos sobre o Programa e outras políticas e serviços voltados ao atendimento das necessidades da população, e que haja por parte do Estado a promoção de políticas públicas e melhoramento na qualidade e no acesso as unidades de saúde e às escolas, para que as condicionalidades sejam alcançadas com efetividade, além da criação de espaços de inclusão para essa significativa parcela da população. A relevância do tema está em contribuir tanto para a desmistificação e combate aos estigmas voltados ao Bolsa Família e às famílias beneficiárias, quanto para o entendimento de que tais beneficiários são sujeitos de direito e que podem, através do Programa, terem novas perspectivas de melhoria de vida, tornando-se visíveis dentro de uma sociedade que, sob a égide do modo de produção capitalista, promove a exclusão social de grande parte da população brasileira.

Palavra-chave: Programas Sociais. Bolsa Família. Estigma.

ABSTRACT

The present research work aims to present a bibliographical study about the relation of Bolsa Família to the stigma of poverty and its impacts as a program of income transference in economic, social and cultural aspects. The theme addressed emerged from the intervention project "Information as an Instrument for Granting the Bolsa Família Program", developed in the Organization Paper Marchê, through the mandatory curriculum internship of the social service course of the Universidade Estadual da Paraíba. In the theoretical course, we emphasize the reflection on the trajectory of social assistance policy in Brazil, the emergence of income transfer programs and the creation of the Bolsa Família program, addressing its origin, the economic, social and cultural profile of its beneficiaries, their relationship with the stigma of poverty and the impacts on the lives of beneficiary families. For such a reflection, we used the analyzes of Sartori (2012), Soares and Sátyro (2010), Cotta and Paiva (2010), Rego and Pinzani (2014) and Castro et al. (2009). The final considerations of the study indicate that the Bolsa Família program represented great advances in relation to previous programs, since it expanded its coverage to all municipalities in the country, adopting the counterpart in the areas of health and education, and improving the management of the program with an instrument for collecting information and data called CadÚnico. The study also pointed out that the stigmas surrounding this program emerge from the neoliberal values disseminated in a country that historically cultivates prejudices and exclusion from the poor, and opposes the actions of the state when it acts to promote social policies. Above all, it was pointed out that, despite the limitations, the Bolsa Família reveals uncontested advances that generate significant impacts for the unserved population throughout the country, providing a glimpse of new possibilities for the beneficiary families, where the analysis of these impacts contributed to the demystification of the main stigmas directed at the program and the beneficiaries. However, out that in order for the beneficiaries to perceive themselves as subjects of rights and actually exercise their citizenship, a greater work of the Bolsa Família program managers is necessary in the promotion of democratic debate spaces about the program and other policies and services aimed at meeting the needs of the population, and that the State promotes public policies and improves quality and access to health units and schools, so that conditionalities can be effectively achieved, in addition to creating of inclusion spaces for this significant portion of the population. The relevance of this theme is to contribute both to the demystification and combat of the stigmas around the program Bolsa Família and around the beneficiary families, as well as to the understanding that such beneficiaries are subjects of rights and that can, through the program, have new perspectives of life improvement, making them visible within a society that under the aegis of the capitalist mode of production, promotes the social exclusion of a large part of the Brazilian population.

Keywords: Social Programs. Bolsa Família. Stigma.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL .	12
3. O SURGIMENTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL	17
3.1 A Criação do Programa Bolsa Família	20
3.1.1 A Origem da Pobreza e Desigualdade Social no Brasil	26
3.1.2. Perfil econômico, social e cultural dos beneficiários do Bolsa Família	27
3.2 A relação entre o Programa Bolsa Família e o Estigma da Pobreza	33
3.2.1 Impactos do Programa Bolsa Família	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

Dentre os temas mais debatidos na sociedade brasileira nos últimos anos, durante o período das eleições presidenciais e nas recentes manifestações contra o governo da presidente Dilma (PT), tem-se o debate em torno do maior programa de transferência de renda adotado no Brasil desde 2003, o Programa Bolsa Família. O debate tanto dar-se em torno da permanência ou não do Programa caso houvesse mudança de governante na esfera federal, como também sobre vários aspectos que abrangem o benefício, como por exemplo, a influência que o Bolsa Família exerce no voto dos eleitores, especialmente nas regiões com maior número de beneficiários. Em muitos casos, o debate revela o preconceito que parte da sociedade cultiva em relação ao Programa, que também recai sobre os beneficiários e sobre o Estado, são esses: a acusação de supostas práticas de fraudes, a acusação de que o benefício estimula o ócio e a dependência da renda, ao passo que não promove “portas de saída”, bem como a acusação que o programa estimula o aumento da taxa de natalidade.

No entanto, veremos que a adoção do referido Programa no Brasil abrangeu a proteção social à famílias antes nunca assistidas dessa forma pelo poder público no país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo para transformação da vida de pessoas que se encontram a margem da sociedade e formam o contingente da população brasileira que não usufrui dos meios mais básicos para manutenção de uma vida digna.

O Programa que oferece apenas uma renda mínima, menor do que o valor do salário mínimo, não pode por si só promover a ascensão social e uma mudança que equipare as desigualdades presentes no país e suas expressões multifacetadas. No entanto, o Programa Bolsa Família tem contribuído significativamente para atenuar essa desigualdade promovendo através da renda e de suas condicionalidades a inclusão das famílias na dinâmica da vida em sociedade, um impacto que contribui também com um processo maior de cidadania, de autonomia das famílias e, especialmente, da potencialização das mulheres, que são primordialmente as gestoras da renda do benefício.

O presente estudo é de natureza bibliográfica, o qual para Lima e Miotto (2007, p. 37) é “um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador

como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa”. Para tal, conta com pesquisas realizadas por Rego & Pinzani (2014), Castro et al. (2009) e estudos em torno do tema realizados por Sartori (2012), Soares e Sátyro (2010), Cotta e Paiva (2010). Tendo como objetivo apresentar um estudo bibliográfico acerca da relação do Bolsa Família com o estigma da pobreza e seus impactos como programa de transferência de renda, nos aspectos econômicos, sociais e culturais.

Com a finalidade de realizarmos tal discussão, inicialmente é feito um debate em torno da trajetória da assistência social desde as práticas assistencialistas (1930), a ascensão da assistência social como política pública com a promulgação da Constituição Federal (1988) e o surgimento dos programas de transferência de renda no Brasil (1990). Abordaremos, também, a criação do Programa Bolsa Família, os desafios para sua implementação e os avanços que o Programa representa diante dos programas anteriores. Por último, discutiremos a formação da pobreza e desigualdade social no Brasil, o perfil socioeconômico e cultural das famílias beneficiárias, a relação entre o Bolsa Família com o estigma da pobreza, bem como os impactos do Programa Bolsa Família nas regiões mais pobres desassistidas do Brasil, especialmente para as mulheres beneficiárias

O tema abordado surgiu a partir do projeto de intervenção “A Informação como Instrumento para a Concessão do Programa Bolsa Família”, realizado através do estágio obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, entre março de 2016 a setembro de 2017, na Organização Papel Marchê, que é uma associação sem fins econômicos, de direito privado, que tem como objetivo atender crianças e adolescentes de 0 a 18 anos com deficiências, dificuldades de aprendizagem e transtornos de globais do desenvolvimento, ofertando os serviços na área da assistência social, educação e saúde.

A relevância do tema está em contribuir tanto para a desmistificação e combate aos estigmas voltados ao Bolsa Família e às suas famílias beneficiárias, quanto para o entendimento de que tais beneficiários são sujeitos de direito e que podem, através do Programa, terem novas perspectivas de melhoria de vida, tornando-se visíveis dentro de uma sociedade que, sob a

égide do modo de produção capitalista, promove a exclusão social de grande parte da população brasileira.

A realização do presente estudo tanto contribuirá para engrossar a produção de conhecimento em torno do Programa Bolsa Família, quanto para iluminar teoricamente as instituições e profissionais que lidam com os encaminhamentos, acompanhamento ou na condução da sua execução.

2. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Para melhor compreensão da gênese dos programas sociais no Brasil, dentre eles o programa Bolsa Família principal programa de transferência de renda criado durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2003, faz-se necessário delinear um breve histórico de como a proteção social, através da política de assistência social, vem se desenvolvendo no Brasil, destacando os seus principais marcos ao longo das últimas décadas.

A assistência social no Brasil, historicamente, tem passado por grandes mudanças, que vão desde ações com caráter assistencialista até a política de assistência social regulamentada pela Constituição Federal de 1988, a qual será destacada posteriormente.

Antes do processo industrial no Brasil a assistência social prestada à classe trabalhadora era praticamente inexistente, vindo mesmo a dar os seus primeiros passos durante o processo em que o Brasil paulatinamente deixa a dependência econômica ligada ao setor agrário e passa pelo processo de industrialização durante a década de 1930. Até então, a proteção social não tinha o devido investimento do poder público sendo gerida por entidades filantrópicas ligadas à Igreja com caráter voluntarista.

Como já mencionado, a necessidade de refuncionalização do Estado para atender às demandas da população mais pobre no Brasil surgiu especialmente na década de 1930. Foi, então, durante o governo de Getúlio Vargas, quando o Brasil passava pelo processo de industrialização, que a assistência social começa a ter a atenção do poder público. Nesse sentido, segundo Santana, Silva & Silva (2013), a assistência social nos moldes da época, nasceu como necessidade da classe trabalhadora, pois diante do avanço do capitalismo industrial e da decorrente intensificação da exploração da força de trabalho, os níveis de desigualdade social se agravavam significativamente, provocando a necessidade de se construir um sistema de proteção social para atenuar as expressões da questão social.

Porém, a atuação do Estado burguês frente às demandas da classe trabalhadora, manifestadas através das expressões da questão social, se davam de forma focalizadas e setorializadas, voltada apenas para trabalhadores formais. De acordo com Sartori (2012), o que se vê até 1930 no

que se refere ao enfrentamento das expressões da questão social, são ações focalizadas, conduzidas por medidas de benemerência e assistencialismo, por parte das elites movidas pela filantropia privada e pela igreja, aos que não conseguiam serem inseridos no mercado de trabalho lhes restavam de acordo com a autora, ações sociais tímidas e restritas e até mesmo a mendicância.

Posteriormente, na década de 1960, especialmente com o golpe civil militar em 1964, período da nossa história marcado pela repressão, censura e torturas aos que se opunham ao regime, no âmbito da assistência não houve significativos avanços em relação ao modelo anterior. Para Nogueira (2001, p.16-17):

Nas décadas de 1960 e 1970, com os governos militares e o regime ditatorial, prevalece um reformismo centralizador e burocrático, que imaginava resolver os problemas da Seguridade com uma visão autoritária e “racional”, tecnocrática. Seu maior fruto foi a montagem de um grande sistema, cuja baixa eficiência andava de mãos dadas com a ausência de participação dos interessados na gestão dos órgãos previdenciários e no processo decisório. Como se sabe, não se tratou de um efetivo sistema público e universal de bem-estar social. Muito pelo contrário: o Executivo Federal chamou para si tanto a tomada de decisão, quanto a implementação e a gestão.

O que de fato avançou nesse período foram as privatizações, as práticas clientelistas e a tecnocracia. Nogueira (2001, p.17) ainda destaca:

Ampliou a cobertura, aproximando-se da universalização, mas também acelerou a privatização (tanto no sentido do mercado, quanto, sobretudo, no sentido da prevalência de interesses particularistas na alocação de recursos e na prestação de serviços). A tradicional participação corporativa dos trabalhadores no sistema foi praticamente eliminada, substituída pela prevalência de práticas clientelistas e pelo protagonismo da tecnocracia. Ainda que fortemente concentrado e centralizado nas mãos do Executivo, o sistema não ganhou maior capacidade regulatória. Com isso, tornou-se simultaneamente inchado, ineficiente e injusto, acabando por ficar financeira e administrativamente inviabilizado.

Numa visão geral, Nogueira (2011) destaca que nesse período a seguridade social evoluiu de forma restrita, incompleta e excludente, alcançando apenas grupos sociais mais estruturados que tinham capacidade de organização, negociação e pressão, mas deixava de fora a população mais pobre, como as populações rurais, e trabalhadores do campo e da cidade, que trabalhavam no setor informal e em situação de subemprego. De acordo com Dallago (2007) durante os anos da ditadura militar as políticas sociais tinham

em seu interior o objetivo de legitimar o sistema autoritário vigente, eram políticas com caráter fragmentário, emergencial e setorial.

Neste período, passava-se a ideologia de que o desenvolvimento social seria decorrente do desenvolvimento econômico. Pode-se dizer que durante o período de 1964 (golpe militar) a 1988 (Constituição democrática), o país se desenvolveu economicamente, com expansão da produção, modernização e entrada do capital estrangeiro, onde as políticas sociais “apresentavam” um caráter assistencialista e clientelista (DALLAGO, 2007, p. 3).

Nesse contexto ditatorial, de repressão e autoritarismo, as expressões da questão social se agravavam, pressionando o Estado a apresentar respostas a essas demandas. Porém, apesar de ser contexto adverso, os movimentos sociais cresciam em oposição ao regime, num processo que contribuiria para o fim do mesmo.

Diante de tantas divergências políticas, econômicas e sociais, em 1978 iniciaram muitas mobilizações contra o regime, através de greves coordenadas pelos sindicatos da região do ABC paulista – região de grandes indústrias metalúrgicas onde os sindicatos são fortes. Já na década de 1980, sob o governo do General João Batista Figueiredo, a sociedade brasileira passa a reivindicar a redemocratização do país, diante disso o governo assume o compromisso de ampliar a “abertura política” (DALLAGO, 2007, p.3).

Posteriormente com a forte crise que se instaurou no país durante a década de 1980, a qual ficou conhecida como a década perdida, trouxe como consequência à classe trabalhadora a precarização das condições de emprego e renda, com isso houve o aumento da pobreza absoluta e relativa que se agravava especialmente nos espaços urbanos, bem como a diminuição do dinamismo econômico, um aumento de condições ocupacionais precárias, desemprego que ampliavam assim as demandas sociais (SARTORI, 2012 apud HENRIQUE, 1998).

Porém, como destacado anteriormente este contexto difícil enfrentado pela classe trabalhadora no período ditatorial contribuiu por outro lado, para ascensão e fortalecimento dos movimentos sociais, mas agora de uma forma mais expressiva visto o período de crise do regime ditatorial e o clamor pela redemocratização do país.

Como grande marco das lutas sociais em ascensão pela ampliação dos direitos civis, ampliação da proteção social através do protagonismo efetivo do Estado, bem como a luta pela redemocratização do país tem-se a promulgação

da Constituição Federal de 1988, o acontecimento mais importante para ascensão da assistência social como política pública, formando o tripé da seguridade social ao lado da saúde e da previdência social.

É no processo de redemocratização do país que se redireciona o debate sobre a política social no Brasil, de um lado com uma população extremamente pobre destituída de qualquer tipo de organização, e de outro uma população mais organizada e orientada politicamente (SARTORI, 2012). A autora destaca, então, que esse período foi marcado pelo crescimento da atividade partidária e sindical que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

Os avanços de um período pós-ditatorial, num contexto de efervescência das lutas sociais e o envolvimento crescente da população a qual reivindicava uma mudança radical no âmbito social, econômico e político, são bastante significativos. Sartori (2012) afirma que a nova Constituição Federal representou um avanço significativo no sistema de proteção social então vigente, pois de acordo com a autora a Constituição de 1988 concebe a ampliação dos direitos sociais, a concepção de Seguridade Social definido pelo tripé saúde, previdência e assistência social, e uma maior universalização do acesso e cobertura de programas sociais vigentes, dessa forma exigindo do Estado um maior comprometimento com a sociedade civil, em que para tal conquista, contou com a luta dos movimentos sociais e de outros atores da sociedade civil.

Como materialização das conquistas das lutas dos movimentos sociais, temos na Constituição de 1988 a regulamentação da seguridade social através da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, segundo a qual, “a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993, art.1º). Sobre essa questão, Jaccoud (2010, p.119) relata:

A política de seguridade social visava garantir a implementação, no país, da cobertura universalizada da proteção social, com a oferta pública de serviços e benefícios não contributivos – em especial o acesso universal à atenção médica e aos serviços da assistência social – integrados aos benefícios contributivos do seguro social e a uma inclusão subsidiada dos trabalhadores rurais à política previdenciária.

Em 2003 foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social em Brasília. A partir das suas deliberações, em 2004 houve a aprovação da PNAS, a Política Nacional de Assistência Social, que possibilitou a implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. O SUAS foi aprovado em Junho de 2005 pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, representando um significativo avanço para consolidação da PNAS no Brasil:

A PNAS vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções sócio assistenciais, em consonância com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs) (COUTO et al., 2014, s/p).

A Norma Operacional Básica (NOB) que segue a PNAS de 2004 é a NOB/SUAS, aprovada pelo CNAS pela resolução n. 130, de 15 de Julho de 2005, pela qual o SUAS é construído e normatizado.

O SUAS está voltado a articulação em todo território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO et al., 2014, s/p).

Dessa forma, a assistência social, agora como política pública, assume novas configurações. De acordo com Filho (2010) apud Brasil (2010, p.5), “o Sistema Único de Assistência Social integra uma política pactuada nacionalmente, que prevê uma organização participativa e descentralizada da assistência social, com ações voltadas para o fortalecimento da família”. Portanto, os programas sociais que fazem parte da política de assistência social, previstos no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, compõem a nova face dessa política. Nesse sentido, veremos a seguir como surgiram os programas de sociais no Brasil.

3. O SURGIMENTO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL

De acordo com Sartori (2012), o debate em torno dos programas de transferência de renda no plano mundial reascendeu e ganhou força no contexto da década de 1970, marcado por grandes transformações econômicas e sociais ocorridas no mundo do trabalho, após o advento da globalização financeira e a consequente crise do modelo econômico *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), com o aumento da pobreza, precarização das relações de trabalho e com o aumento do número de desempregados.

Situações adversas ocorridas no mundo do trabalho como, por exemplo, a eliminação dos postos de trabalho, desemprego e subemprego, terceirização, flexibilização da jornada, trabalho parcial e temporário, precarização das condições de trabalho, diminuição dos salários, desregulamentação do emprego, trazem à tona um debate bastante atual de como integrar socialmente essa parcela significativa da população que se encontra em tais circunstâncias. [...] No bojo desses acontecimentos, nascem os projetos para a criação de Programas de Transferência de Renda aos mais necessitados, com o intuito de proteger e garantir a cidadania dos grupos mais vulneráveis da população, que estejam passando por um momento de crise (SARTORI, 2012, p. 151-152).

No Brasil, como já foi mencionado anteriormente, vimos que o período em que se consolida o sistema de proteção social brasileiro se dá após as décadas de 1930 e 1970, período no qual se retomaria a discussão sobre o tipo de política social a ser implementada em nosso país, posteriormente tendo como principal marco a promulgação da Constituição de 1988 (SARTORI, 2012).

Sartori (2012), porém, destaca que na década de 1990 o avanço neoliberal no país coloca as conquistas obtidas com a Constituição em xeque:

Contudo, dura pouco essa “sensação” de que nosso país estaria trilhando um caminho rumo as políticas sociais de caráter universalista, pois logo em seguida, com a eleição para presidente da República, na qual vence Fernando Collor de Mello, o governo foi protagonista da abertura econômica e da entrada do neoliberalismo na agenda política do país (p.153).

Sobre os impactos do neoliberalismo no Brasil, Silva (2005, p. 27-28) afirma que:

Na década de 90, o processo de empobrecimento e de abandono da família brasileira, foi nítido e marcado por vários levantamentos de índices e mapas. Dentre eles, os mapas da fome e da criança (1993) registraram 32 milhões de pessoas de nove milhões de famílias com renda mensal insuficiente para suas necessidades básicas. [...] As consequências das décadas de esquecimento e abandono vão apresentando um quadro de pobreza, em que desigualdade é visível.

De acordo com Sartori (2012), é nesse contexto da década de 1990 que surge o debate em torno dos programas de transferência de renda no Brasil, passando a se constituir como a principal estratégia e o embrião da política de assistência social na atualidade, especificamente no ano de 1991 como Projeto de Lei nº 80 -1991 do então Senador Eduardo Suplicy (PT).

Porém, Sartori (2012) destaca que o primeiro estudo a respeito dos programas de transferência de renda no Brasil, que deram base para o modelo adotado na década de 1990, remete ao ano de 1975 com a publicação do artigo “Redistribuição de Renda” de Antônio Maria da Silveira, que discutiu o tema mesmo num cenário de prosperidade econômica, revelando que mesmo num contexto próspero, o país não conseguiu distribuir melhor sua renda, o autor então defende que o Estado deva intervir no combate à pobreza.

O projeto de lei do senador Eduardo Suplicy, referente aos programas de transferência de renda em 1991, só entrou em vigor em 1995, correspondendo ao primeiro ano de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os primeiros programas criados nesse ano foram: o Programa de Garantia de Renda Mínima, em Campinas-SP; o Bolsa Familiar para Educação, no Distrito Federal e o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, de Ribeirão Preto -SP. Já em 1996 surgiram outros programas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (SOARES & SÁTYRO, 2010).

De acordo com Sartori (2012), o primeiro programa de transferência de renda, intitulado Programa de Garantia de Renda Mínima, foi adotado pelo governo num contexto onde a visão política era de redução de gastos públicos e de forte tentativa de estabilização da moeda nacional, destacando também que a intenção do governo de FHC era a de promover a estabilidade econômica e inserir o nosso país na economia mundial globalizada.

Nesse sentido, a política social mais uma vez fica à reboque da política econômica. Consequentemente, não se presenciou um grande esforço do então governo em reduzir as desigualdades sociais, somente uma preocupação maior em combater a pobreza extrema, criando, para tanto, políticas sociais isoladas e desarticuladas. Um exemplo eloquente disso é a criação do Programa Comunidade Solidária, com forte característica conservadora, o qual objetivava reduzir a pobreza extrema em alguns municípios do país (SARTORI, 2012, p. 156 – 157).

De acordo com Soares & Sátyro (2010), os Programas de Transferência de Renda Mínima Condicionado (PTRC), inspirados principalmente no programa de Brasília, continuaram a explodir no país. Outros programas como Bolsa Escola Federal foram criados posteriormente em 2001, assim como também o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Porém, os autores destacam que essas explosões de programas de transferência de renda vieram seguidos de alguns problemas, como a sobreposição dos mesmos, fragmentação institucional, pois vários setores de atuação do Estado possuíam critérios de elegibilidade, regras de operação, e modo de transferência de renda específicos.

Para Cotta & Paiva (2010), entre as décadas de 1990 e 2000, ainda era muito forte a ideia de focalização das transferências de renda, onde a mesma deveria ser direcionada aos “mais pobres entre os pobres”, além disso, se defendia a respeito dos programas de renda mínima a proposta de transitoriedade da transferência de renda de caráter emergencial, apostando na superação da pobreza e conseqüente quebra da dependência de benefícios através da inserção dos beneficiários no mercado de trabalho. Contudo, os autores destacam que o emprego do modelo de PTRC, solucionava tais impasses “[...] pois, o investimento no capital humano dos segmentos mais pobres legitimava, ainda que parcialmente, a elevação de seu patamar de renda via transferências governamentais” (COTTA & PAIVA, 2010, p. 59).

Outros problemas apontados por Cotta & Paiva (2010), dizem respeito à deficiência no sistema de monitoramento do cumprimento das condicionalidades por parte dos beneficiários, pois de acordo com os autores, o modelo operacional adotado, ocorria através da multiplicidade de bases de dados para identificação e seleção dos beneficiários dos programas. Com isso, o mesmo beneficiário poderia receber um ou mais benefícios sem, contudo, o mesmo ser compatível com sua necessidade. Visto a urgência de se resolver

os problemas apresentados aqui, entre eles o do monitoramento dos benefícios os autores destacam a criação do CadÚnico em 2001, que só foi de fato implantado no primeiro governo de Lula (2003-2006).

Apesar dos problemas mencionados anteriormente, um dos pontos positivos do modelo adotado nos programas de transferência de renda, pelo qual convergem os autores aqui citados, é o fato dos mesmos terem o caráter condicional. De acordo com Cotta & Paiva (2010), isso implica numa indução para que os responsáveis que compõe a família possam “ofertar” um retorno do benefício através do cumprimento das condicionalidades exigidas, como o investimento na saúde e educação dos filhos, significando para eles um investimento nas próximas gerações, ou seja, defendem que o benefício ao estabelecer um elo casual entre a transferência de renda no presente, conseqüentemente promove uma garantia e uma futura emancipação das crianças e jovens dessas famílias beneficiárias através do investimento na educação.

Diante dessa perspectiva, o debate sobre os Programas de Transferência de Renda no Brasil propiciou duas inovações importantes. A primeira diz respeito à vinculação da renda à educação, ou seja, somente a família receberia o repasse do recurso, caso comprovasse frequência escolar mínima de seus filhos menores de 14 anos. A segunda refere-se ao enfoque do repasse do recurso à família em situação de vulnerabilidade econômica e, desse modo, a família passaria a ser a unidade beneficiária dos recursos (SARTORI, 2012, p. 156).

Nesse sentido, percebemos que esses programas, apesar de avançarem com a exigência das contrapartidas por exemplo, possuíam grandes problemas administrativos, focalização e não cobriam todo o país. Assim, veremos, portanto, no item que segue, como a criação do programa Bolsa Família significou um avanço na política de assistência social, no que se refere aos programas sociais.

3.1 A Criação do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família foi instituído pelo governo federal inicialmente pela medida provisória n. 132, no mês de outubro de 2003, sendo transformado em Lei nº 10.836 em 9 de Janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº

5.209, de 17 de setembro de 2004 e alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007. De acordo com a regulamentação, o programa Bolsa Família entende família como “[...] uma unidade nuclear, eventualmente ampliada por pessoas que com ela possuam laços de parentesco ou afinidade, que forma um grupo doméstico e que viva sob o mesmo teto, mantendo-se pela contribuição de seus membros” (BRASIL, 2004, art. 2º). O Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, cujo objetivo é beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza MDS (2015).

De acordo com Soares & Sátyro (2010), é por meio da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS),¹ que o programa de transferência de renda é gerenciado, sendo responsável por definir e acompanhar suas condicionalidades, estabelecer as metas, e propor o orçamento anual Programa Bolsa Família, definir as quotas por município, estabelecer parcerias com os estados e outros órgãos do governo federal, além de ser responsável pela regulação dos critérios que define quem recebe e o quanto recebe e os critérios para suspensão e corte dos benefícios.

De acordo com os critérios estabelecidos pela SENARC o órgão operador que calcula a renda das famílias é a Caixa Econômica Federal, que cumpre um papel importante ao processar as informações dos beneficiários além de ser o órgão pagador, limitando as intervenções dos gestores, tanto da esfera federal ou municipal na seleção dos beneficiários (COTTA & PAIVA, 2010).

Como já mencionado, um importante sistema criado para melhoramento da administração dos programas de transferência de renda, entre eles o maior programa do governo Lula, o Bolsa Família, foi o CadÚnico, utilizado pelas esferas federal, estadual e municipal, pelo qual é possível efetuar a identificação de potenciais beneficiários de programas sociais, bem como proporcionar melhor focalização evitando a sobreposição de programas para uma mesma família (BARROS, CARVALHO & MENDONÇA, 2010).

¹ De acordo com WWP (2016), após o afastamento da Presidente Dilma Roussef pelo processo de impeachment, o presidente interino Michel Temer, com o intuito de reduzir “gastos” do Poder Executivo, diminuiu o número de Ministérios, entre eles o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate e Fome (MDS), o mesmo foi fundido com o Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA), passando a ser chamado de Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

Segundo a então ministra do MDS Márcia Lopes foi por meio do CadÚnico que os municípios puderam conhecer as famílias, e identificar suas vulnerabilidades, destacando que o maior papel desse instrumento de coleta de dados e informações, foi tornar as famílias pobres do Brasil visíveis em cada território:

Com o Cadastro Único, cada um dos municípios brasileiros pode conhecer as famílias e identificar suas vulnerabilidades, contando com um instrumento de planejamento para a promoção das políticas públicas e do desenvolvimento social (LOPES, 2010, p. 13).

O CadÚnico também atua junto a importantes órgãos da assistência social, como o CRAS- Centro de Referência de Assistência Social - e o CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Além da identificação e caracterização de potenciais beneficiários ao cadastro nos programas sociais, o CadÚnico permite a localização dos mesmos a partir das informações de seus endereços, as quais subsidiam ao CRAS e CREAS no planejamento das ações e programas, bem como no acompanhamento dos beneficiários e das famílias (ASSIS & FERREIRA, 2010).

Cotta & Paiva (2010), defendem que a instituição do programa Bolsa Família representou uma ruptura com o paradigma de proteção social que se tinha até então, pois o mesmo unifica o público-alvo, os critérios de elegibilidade e a estrutura de gestão dos programas de transferência de renda então vigentes.

Ainda de acordo com os autores, o programa Bolsa Família inovou, principalmente ao estabelecer a meta de atender ao universo da população pobre, de uma forma que ainda não havia ocorrido na história da assistência social no Brasil. Outro aspecto importante já mencionado foi a opção do modelo de programa de transferência de renda condicionada, que tem como consequência a vinculação do programa a um conjunto de condicionalidades em educação e saúde. Segundo Brasil (2003), as condicionalidades ou as contrapartidas exigidas pelo programa Bolsa Família são compromissos assumidos tanto pelo poder público, como principalmente pelas famílias beneficiárias.

Contribuir para rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações. Ampliar e reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação e assistência social. Identificar/revelar e atuar sobre as situações de vulnerabilidade social das famílias PBF (BRASIL, 2003, s/p).

De acordo com Brasil (2012), a respeito das condicionalidades: na área de saúde as famílias devem ter o acompanhamento do cartão de vacinação e do crescimento das crianças menores de 7 anos, bem como as mulheres com idade de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento, as gestantes ou as mulheres que estiverem na fase de amamentação devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Ainda de acordo com Brasil (2012), o registro das informações deve ser feito pela prefeitura e repassado para o Ministério da Saúde a cada semestre. Já na área de assistência social, as crianças e adolescentes com até 15 anos que estejam em situação de risco ou que foram retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal. Na educação alunos de 6 a 15 anos devem ter frequência de pelo menos 85% nas aulas, enquanto os alunos de 16 e 17 anos, a frequência é de 75%.

De acordo com Brasil (2012), a família que encontrar dificuldades em cumprir as condicionalidades deve buscar orientações com as prefeituras, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou com equipes de assistência social do município. Caso não haja o cumprimento das condicionalidades, o benefício pode ser bloqueado, suspenso e posteriormente cancelado. Um dos principais motivos que leva ao cancelamento do benefício é a não renovação dos dados cadastrais por parte dos beneficiários no que se refere a informações sobre alteração na renda, alteração do endereço ou na escola dos filhos.

De acordo com dados obtidos por meio do calendário do Bolsa Família (2017), o valor do benefício divide-se em: a) Benefício Básico: concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa), o auxílio é de R\$ 85,00 mensais; b) Benefício Variável: para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição

gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos, o valor de cada benefício é de R\$ 39,00; c) Benefício Variável Jovem: Destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos, o valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês; d) Benefício para Superação da Extrema Pobreza, é destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza, nesse caso o valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família.

Porém, Cotta & Paiva (2010, p.61) destacam que durante o período de 2003 e 2004 houveram grandes dificuldades operacionais e políticas enfrentadas pelos primeiros gestores do Programa, advindas da unificação dos programas de transferência de renda anteriores.

A unificação das transferências federais de renda foi como “trocar o pneu com o carro andando”: era preciso colocar de pé um novo programa e gerenciar a herança dos programas remanescentes, que tinham objetivos, regras e esquemas operacionais inconsistentes entre si, sem provocar descontinuidade no pagamento dos benefícios ou perdas financeiras para as famílias atendidas. O Bolsa Família emergiu gradativamente desse processo. Em um primeiro momento, a acelerada expansão da cobertura se deveu à migração de beneficiários elegíveis dos programas remanescentes. Mais tarde, famílias com perfil PBF que ainda não recebiam transferências de renda passaram a ser incluídas no programa.

Posteriormente outros programas e ações foram criados e vinculados ao Programa Bolsa Família, dentre eles destacamos: a Rede Brasileira de Banco de Alimentos, de acordo com MDS (2016) o objetivo do programa é fortalecer e integrar a atuação das unidades de segurança alimentar e nutricional, dessa forma contribuindo para a redução do desperdício de alimentos, bem como a garantia do direito humano à alimentação adequada; Programa de Aquisição de Alimento (PAA), que tem como objetivos promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (MDS, 2015); o Programa Fomento Rural, em que de acordo MDS (s/a) o objetivo é contribuir com a estratégia de inclusão produtiva, para tal apoiando os investimentos produtivos de famílias rurais que se encontram em situação de pobreza; o Programa Cisternas, que de acordo com MDS (s/a) tem como objetivo promover o acesso à água tanto para o consumo humano quanto para a produção de alimentos através da

implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo, tendo como público – alvo as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais.

Um outro importante programa vinculado ao Programa Bolsa Família, criado durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, de acordo com o MDS (2015) o mesmo oferta gratuitamente cursos de qualificação profissional, que aumenta as possibilidades de inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de qualificação e profissionalização que são voltadas para diversas áreas de trabalho que estão disponíveis no mercado, afirmando que por esse motivo o Programa exerce um papel de fundamental importância no conjunto de outras iniciativas pela superação da pobreza.

De acordo com o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) Pochmann (2010), em dezembro de 2009, o programa representava 12.370.915 benefícios de um total de 42.581.308 benefícios, concedidos pelos diversos programas federais de garantia de renda, em número de beneficiados, sendo superado apenas pela previdência social dos trabalhadores do setor privado, sob o regime geral da previdência social.

Lopes (2010) destaca que além da redução da pobreza, o programa Bolsa Família contribui também na diminuição da desnutrição infantil e no desenvolvimento adequado das crianças, ressaltando que em sua estratégia de integração junto às políticas de saúde e de educação, o programa tem propiciado o acesso aos direitos sociais básicos a grupos mais pobres da sociedade brasileira, além de contribuir com a dinamização de mercados e incentivado a produção local em diversos municípios no país.

Os resultados do programa Bolsa Família são celebrados por organizações como a ONU – Organização das Nações Unidas, que destaca a efetividade do programa quanto ao combate e redução da pobreza no Brasil. Segundo dados divulgados por Brasil (2013), o país foi destaque do relatório da organização internacional iniciativas para o desenvolvimento (*Development Initiatives*, no original, em inglês), onde reconhece o programa Bolsa Família como um dos importantes instrumentos utilizados para combate à pobreza, sendo para a ONU um programa que representa uma referência de política

acessível pelo seu baixo custo de investimento, na época o valor representava apenas 1% do PIB de mais de R\$ 4,5 trilhões (BRASIL, 2014).

Para compreensão da importância da adoção de programas sociais como o Bolsa Família no Brasil, assim também para posteriormente discutirmos os valores neoliberais difundidos na cultura brasileira como a meritocracia e a defesa da diminuição da atuação do Estado quando o mesmo atua na promoção de políticas sociais, analisaremos a seguir os fundamentos da pobreza e da desigualdade social e econômica presente no país.

3.1.1 A Origem da Pobreza e Desigualdade Social no Brasil

Para compreendermos os determinantes da pobreza e desigualdade social no Brasil, antes de mais nada, se faz necessário identificarmos em que posição o país se encontra no capitalismo mundial, pois de acordo com Siqueira (2011) apud Prado Jr. (1991), na sua formação sócio histórica, o Brasil se posiciona dentro de um conjunto de países periféricos, que serviram de acumulação de capital para os países centrais através da colonização.

Efetivamente, a desigualdade e a pobreza no Brasil contemporâneo tem seus fundamentos nos determinantes estruturais do Modo de Produção Capitalista (MPC) – a separação do trabalhador dos meios de produção, apropriados pelo capital, a relação salarial que se funda na exploração da força de trabalho -, mas no país elas assumem dimensões e características particulares. Trata-se da desigualdade e da pobreza num país que situa-se em posição periférica no capitalismo mundial, que na sua fase imperialista estabelece uma relação de dependência no processo de desenvolvimento desigual e combinado (onde boa parte da riqueza aqui produzida é transferida para os países centrais). Trata-se de um país que comanda um processo de industrialização sem derruir as bases oligárquicas e agroexportadoras, caracterizando uma *modernização conservadora*, atrelada aos interesses dos “de cima” (consolidando uma enorme concentração de poder) (SIQUEIRA, 2011, p. 66-67).

De acordo com Siqueira (2011), o Brasil se torna um dos países mais desiguais do mundo pelo seu processo peculiar de desenvolvimento capitalista e industrial, combinando regiões industriais que se “modernizam”, ao passo que se tem grandes extensões territoriais arcaicas resultando numa enorme desigualdade rural e urbana, além de possuir uma tímida legislação trabalhista.

[...] formas de exploração de mais-valia absoluta e um enorme exército industrial de reserva (desencadeando a expansão da pauperização absoluta), um crescimento do lucro (e da acumulação)

capitalista que não se acompanha de um proporcional aumento salarial nem do desenvolvimento de serviços e políticas sociais estatais significativas (caracterizando a papeurização relativa sem redistribuição de renda) (2011, p. 67).

De acordo com *ranking* da ONU, que mede a desigualdade social, o Brasil despenca 19 posições e aparece entre os dez países mais desiguais do mundo, cujo percentual de desigualdade de renda no país (37%) é superior à média da América Latina, incluindo os países do Caribe (34,9%). A pesquisa que revela dados de 2015 (divulgados em março de 2017 pelo portal de notícias “*El País*”) destaca também a desvalorização e a baixa representatividade da mulher no Brasil, onde apesar de terem maior expectativa de vida e mais escolaridade, a disparidade salarial é grande, sendo a renda *per capita* da mulher 66,2% inferior ao dos homens (PIRES, 2017).

De acordo com Rego & Pinzani (2003, p.163), a concentração de renda no país vem desde a época colonial, ao Império e a República, com origem na escravidão, tendo como legitimadores a maior parte dos nossos liberais bem como a Igreja Católica.

A concorrência desses fatores, como a natureza mesma da instituição da escravidão e, no caso brasileiro, sua grande extensão, profundidade e duração no tempo, deu origem a uma cultura da submissão que ainda hoje se faz sentir, não obstante as mudanças ocorridas graças à democratização do país. A desigual distribuição de renda e riqueza, nos níveis existentes no Brasil, corresponde à abertura de um verdadeiro abismo econômico, social e político entre as classes: por um lado, uma minoria rica usufruindo de altos padrões de consumo e de instrumentos de reprodução das relações sociais existentes (como acesso à educação superior), indiferente à sorte dos seus concidadãos; por outro, a esmagadora maioria dos brasileiros condenados a uma vida de carências, sofrimento e sacrifício.

Conforme Yazbek (2010), a pobreza é expressão ou resultado das relações vigentes da sociedade que são relações extremamente desiguais, onde no Brasil elas se produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, ou nos planos político e cultural. Como componente cultural da desigualdade no Brasil, temos a estigmatização da pobreza e sua consequente invisibilidade.

3.1.2. Perfil econômico, social e cultural dos beneficiários do Bolsa

Família

Como estamos tratando não apenas do Bolsa Família em si, mas, também, das famílias pobres do Brasil, as quais o benefício é direcionado, faz-se necessário traçarmos as principais características sociais, econômicas e culturais dessas famílias. Lembrando, no entanto, que a pobreza no Brasil se espalha nas diversas dimensões da vida dos indivíduos.

Abordar aqueles que socialmente são constituídos como pobres é penetrar num universo de dimensões insuspeitadas, marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação e alienação e sobretudo, pela resiliência aliada às estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo (YAZBEK, 2010, p. 153).

Para tal, lançaremos mão de dados qualitativos obtidos através da pesquisa realizada durante cinco anos pelos sociólogos Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (publicada em 13 de Junho de 2013 em livro “Vozes do Bolsa Família”), que entrevistou famílias beneficiárias nas regiões mais desassistidas do país sendo elas: o Sertão Nordestino (AL), zona litorânea de Alagoas, Vale do Jequitinhonha (MG), periferia da cidade do Recife, interior do Piauí, interior do Maranhão e periferia de São Luís (MA), onde os autores descreveram as múltiplas expressões da pobreza e suas implicações não só no aspecto financeiro, mas em outras dimensões da vida das famílias beneficiárias.

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza. É importante considerar que pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças [...] (YAZBEK, 2010, p. 153).

Portanto, as características que exprimem o perfil dos beneficiários do Bolsa Família de acordo com Rego & Pinzani (2014), é que são famílias que não possuem condições básicas para manutenção de uma vida saudável, apresentando recorrente quadro de má nutrição, para os autores esse fato se caracteriza pela falta de alimento, e uma consequente manutenção de uma dieta não saudável. Os autores destacam, também, que o acesso à saúde através do SUS e aos remédios da farmácia popular pelas famílias sofrem com

alguns impasses, dentre eles a distância da moradia das famílias dos postos de saúde e dos hospitais, dentre outras dificuldades como o insuficiente número de médicos que limita o acesso à assistência médica regular.

Outro ponto levantado por Rego & Pinzani (2014), é o acesso nulo ou irregular dessas famílias à renda a partir de um trabalho formal, em que boa parte se encontra em situação de desemprego crônico ou quase crônico, sendo que no caso das mulheres a grande maioria delas jamais tiveram um emprego por casarem e terem filhos ainda muitos jovens, já os maridos conseguem empregos informais como os chamados “bicos” que são “trabalhos temporários duros e mal remunerados”. Segundo os autores, esse tipo de renda informal e temporária traz para essas famílias o sentimento de incerteza sobre o futuro, não garantindo para as mesmas uma renda que seja suficiente para sustentá-los o ano inteiro.

O desejo de um trabalho regular e com carteira assinada foi expresso várias vezes nas entrevistas. Quando as pessoas têm a possibilidade de trabalhar autonomamente (como no caso de pequenos proprietários que se dedicam a uma agricultura de subsistência), a escassez de recursos materiais, a má nutrição, a pouca ou nula escolaridade e a falta de informações relativas ao seu trabalho representam obstáculos às vezes insuperáveis, a ponto de os resultados obtidos serem desproporcionalmente baixos em relação a energia humana investida (REGO & PINZANI, 2014, p.182).

Outro aspecto que caracteriza o perfil das famílias pobres do país apontado por Rego & Pinzani (2014), é a presença do trabalho infantil e abandono escolar. De acordo com os autores, os filhos começam a participar da vida econômica dessas famílias muito cedo, às vezes ainda na fase de criança trabalhando fora de casa, ou mesmo nos afazeres domésticos como a tarefa de cuidar dos irmãos. Diante disso, os autores destacam que o abandono da escola, perpetua o analfabetismo, o que impossibilita a superação da pobreza através da educação. Decorrente da análise dessa difícil realidade, Rego & Pinzani (2014), enfatizam a importância das contrapartidas exigidas no Programa Bolsa Família: como a regularidade escolar e o cuidado com a saúde dessas crianças. Porém, para que de fato as condicionalidades como a da educação tenham seus objetivos alcançados, os autores enfatizam que:

Entretanto, nada adianta oferecer escolas de péssima qualidade que contribuem para a reprodução das desigualdades em sentido amplo:

culturais, sociais, econômicas e, sobretudo, políticas. Isso coloca em questão o papel dos poderes locais (municipais e estaduais), que são os principais responsáveis pela educação primária. O papel da educação como elemento fundamental para que as pessoas desenvolvam sua autonomia e como instrumento de cidadania é universalmente reconhecido (REGO & PINZANI, 2014, p.186).

Outro aspecto da vida das famílias em situação de pobreza, ou de extrema pobreza destacado Rego & Pinzani (2014), é o alto índice de natalidade entre as famílias pobres. Um dos preconceitos que recaem sobre as famílias beneficiárias é que as mulheres engravidam com o intuito de aumentarem o valor do benefício, desconsiderando que assim como acontece em relação a acusação da troca do trabalho pelas famílias para supostamente viverem do Programa, o valor do mesmo é bastante inferior ao custo econômico para criação de filhos, e tudo que envolve o seu sustento. Para desmistificar essa questão os autores afirmam a partir da pesquisa realizada nas regiões anteriormente citadas, que a alta taxa de natalidade nas mesmas está mais ligada a razão da desinformação sobre o seu controle e até mesmo por motivos religiosos, por viverem num contexto culturalmente marcada pelo patriarcalismo, uma sociedade machista e violenta, que priva as mulheres de terem autonomia sobre seus próprios corpos.

Por outro lado, também encontramos mulheres que haviam feito a ligadura das trompas e outras que nos diziam ser este um dos seus sonhos. Isso mostra que a situação de controle da natalidade é, no mínimo, bastante diversificada e ambígua, embora prevaleçam a desinformação e uma moral sexual fortemente orientada pela religião. [...] Essa falta de liberdade resulta também em privação de *defunctionings* básicos, como a capacidade de planejar a sua vida ou até de dispor do seu próprio corpo (REGO & PINZANI, 2014, p. 188).

De acordo com Rego & Pinzani (2014), as famílias entrevistadas também sofrem com diversas privações, colocando como exemplo o fato delas morarem geralmente em bairros distantes, nas periferias, em favelas, morros e vilas onde convivem com precárias infraestruturas de serviços públicos, como calçamento, espaço de lazer, iluminação e péssimas situações sanitárias (ausência de esgoto e água tratada). A distância e a falta de acesso aos serviços mais básicos, dentre outros fatores causam a essas famílias “invisibilidade e mudez”.

Durante a pesquisa registramos muitas vezes a dificuldade de serem ouvidas até mesmo pelas autoridades locais encarregadas da operação do programa BF: a “mudez” dos pobres é agravada pela “surdez dos agentes públicos. [...] Grande parte das prefeituras não é capaz de criar espaços de encontro e debate sobre suas dificuldades de compreensão dos procedimentos exigidos pelo programa. [...] O desencontro entre a realidade cultural e material delas e das autoridades é, por vezes, abissal. Isso ficou patenteado em casos nos quais nos mostraram cartas em estilo e linguagem estritamente burocráticos, enviadas pela prefeitura a mulheres analfabetas. Sua impossibilidade de ler as fazia perder prazos de cadastramento ou as impossibilitava de resolver eventuais problemas existentes com seus cartões do BF (REGO & PINZANI, 2014, p.190-191).

Os autores afirmam, ainda, que as famílias convivem com recorrente risco de acidentes a que estão mais sujeitas por viverem em moradias precárias, com instalações precárias, localizadas em áreas de risco como nas margens dos rios, na beira de estradas e acostamentos, além do risco de acidentes por causa das estradas mal cuidadas.

Somando-se a tantos outros fatores que causam invisibilidade a essas famílias, os autores destacam também a falta de crédito enfatizando que ainda é grande o número de pessoas pobres no Brasil que não têm acesso a serviços bancários.

Por essas razões se poderia colocar na agenda pública democrática um programa eficiente de acesso ao crédito bancário (baixa ou nula taxa de juros, subsídios etc.) e a outros serviços conexos, com a finalidade de incluir esse imenso contingente de pessoas na dinâmica da sociedade e de solidificar mais seus laços de pertença a comunidade nacional, com todas as suas contradições e fraturas profundas [...] (REGO & PINZANI, 2014, p. 189).

Rego & Pinzani (2014, p.192), então destacam a violência como “fenômeno” pelo qual muitas vezes o pobre consegue receber visibilidade na sociedade, além do fator da “vergonha” que marca a vida das mesmas:

[...] as pessoas pobres e necessitadas acabam sendo culpadas, direta ou indiretamente, pela sua situação, embora na realidade não possam fazer nada contra a falta de educação ou de emprego, que depende de circunstâncias objetivas sobre as quais não têm controle.

Em relação aos aspectos culturais e conflitos no interior dessas famílias, Rego & Pinzani (2014), ressaltam a existência do que eles chamam de “desigualdade interna às famílias”, onde as relações de desigualdade entre os homens e as mulheres, adultos e crianças, entre os mais jovens e os mais

velhos é mais expressiva, ressaltando que a figura que sofre com maior desigualdade e opressão é a mulher, que se vê impossibilitada de se livrar das opressões conjugais pelo domínio que o marido, sogro e sogra exercem sobre sua vida. Diante disso, veremos mais adiante que a transferência de renda através do Bolsa Família exerce um forte impacto na vida das mulheres, que são comumente as titulares e gestoras dessa renda.

Há ainda na descrição dos autores sobre as famílias entrevistadas o que eles colocam como “exclusão da cidadania”, essa exclusão se dá no sentido formal e material:

Em sentido material, pela ausência de trabalho e renda regulares e, por conseguinte, de vínculos coletivos mais permanentes e não limitados ao mundo familiar ou da vizinhança. Em sentido formal, muitos deles não possuem documentos atualizados; em alguns casos, não possuem sequer carteira de identidade – o que impossibilita até seu ingresso no cadastro do programa. A existência civil da pessoa perante o Estado é importante fator de constituição de cidadãos, que então passam a poder demandar serviços dele, até porque passam a existir diante dele (REGO & PINZANI, 2014, p. 196).

Estas são algumas das muitas problemáticas que caracterizam aspectos da vida das famílias que sobrevivem nas regiões mais pobres do Brasil, e que exprimem o problema conjuntural da pobreza e as expressões multifacetadas da condição de excluídos e da invisibilidade do pobre na nossa sociedade. São famílias que não possuem condições de vida digna, pois moram em regiões distantes, sem infraestrutura nos bairros e habitações, com ausência de emprego formal e renda regular, falta de acesso à educação, à saúde de qualidade, e de alimentação adequada, entre outras questões as quais discutimos até aqui. São estas famílias, portanto, que constituem o perfil da intervenção do programa social Bolsa Família.

Porém, o programa que, de acordo com dados do MDS, após sete anos de existência se expandiu, tornando-se um dos programas sociais de maior cobertura na rede de proteção social brasileira, indo de 3,6 milhões de famílias beneficiárias, em 2003, para 12,7 milhões de famílias beneficiárias em agosto de 2010, ainda é alvo de suspeição e recorrentes estigmas. É o que iremos refletir no item que segue.

3.2 A relação entre o Programa Bolsa Família e o Estigma da Pobreza

Como expressão atual do estigma de raízes históricas no Brasil, temos o preconceito direcionado ao programa Bolsa Família, o qual foi criado com o objetivo de reverter os quadros de desigualdade e expressões de pobreza. Os estigmas, conseqüentemente, recaem sobre os beneficiários dessas políticas ou programas, que são famílias que se encontram em situação de pobreza ou de extrema pobreza no país.

O preconceito emitido por parte da sociedade brasileira aos pobres na representação dos beneficiários do Bolsa Família, revela que a mesma desconhece a formação sócio histórica do país, ou por outro lado nega reconhecer a desigualdade nela existente – pois, no caso das elites e da chamada classe média brasileira - essa desigualdade reafirma seus privilégios. Yazbek (2010) menciona:

Submersos numa ordem social que os desqualifica, marcados por clichês: "inadaptados", "marginais", "problematizados", portadores de altos riscos e vulnerabilidades, os pobres representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira. Fazem parte dessa história, a tradição oligárquica e autoritária de uma sociedade de extremas desigualdades e assimetrias, caracterizada por sempre insuficientes recursos e serviços voltados para atender às necessidades dos segmentos das classes subalternas (p. 153-154).

O combate à intervenção do Estado e à ampliação da proteção social por parte da sociedade brasileira exprime uma clara defesa ao ideário neoliberal e a meritocracia, em que defende-se que os indivíduos que se encontram em situação de pobreza, por si só devam lutar por sua ascensão social, ou seja, são diretamente responsáveis pela condição social e econômica em que se encontram. Para Montaño (2012):

[...] a pobreza no pensamento burguês estaria vinculado a um déficit educativo (falta de conhecimento das leis "naturais" do mercado e de como agir dentro dele). Em segundo lugar, a pobreza é visto como um problema de planejamento (incapacidade de planejamento orçamentário familiar). Por fim, esse flagelo é visto como problemas de ordem moral-comportamental (mal-gasto de recursos, tendência ao ócio, alcoolismo, vadiagem etc). Surgem com isso as bases para o desenvolvimento de concepções, como a da "cultura da pobreza", onde a pobreza e as condições de vida do pobre são tidas como

produto e responsabilidade do limites culturais de cada indivíduo (2012, p. 272).

Porém, nesse discurso meritocrático, ignoram-se os processos anteriormente citados que são os fundantes da desigualdade social no Brasil, em que os indivíduos não competem em nossa sociedade de forma justa e igualitária. Ainda de acordo com Montaño (2012), pensa-se a “questão social”, a pobreza e suas manifestações não como resultado da exploração econômica, mas como se fossem fenômenos autônomos e de responsabilidade dos indivíduos, passando a serem concebidas como questões isoladas e fenômenos naturais, ou mesmo produzidas pelos próprios sujeitos.

Diante disso, Yazbek (2005) destaca os conflitos que existem em relação aos interesses antagônicos de classes, pelos quais o Estado nos limites do sistema capitalista se divide:

[...] a Política Social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Interesses que não são neutros ou igualitários e que reproduzem desigual e contraditoriamente relações sociais, na medida em que o Estado não pode ser autonomizado em relação à sociedade e as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem. O papel do Estado só pode ser objeto de análise se referido a uma sociedade concreta e à dinâmica contraditória das relações entre as classes sociais nessa sociedade [...]. Na sociedade capitalista o Estado é perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apoia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações (2005, p. 4).

A defesa do ideário neoliberal no Brasil tem suas raízes na década de 1990 onde, conforme Yazbek (2005), o enfrentamento da desigualdade social deixa de ser prioritariamente do Estado que atua nessa área de forma “errática e tímida”, passando a ser tarefa da sociedade através de organizações, da comunidade em geral e, até mesmo, através do envolvimento das famílias, destacando também que, com isso, ocorre o fortalecimento do chamado “terceiro setor”, além de fortalecer o ideário da filantropia, enfatizando que esta é uma prática que permanece enraizada em nossa história.

No entanto, é preciso destacarmos o importante papel do Estado através da promoção das políticas sociais, bem como dos programas sociais, no enfrentamento das expressões da questão social:

Dessa forma, a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado. [...] “as políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população” (YAZBEK, s/a, apud JACCOUD, 2008, p. 6).

Uns dos momentos mais emblemáticos que se ascende nos debates em torno do Programa Bolsa Família no Brasil, são as três últimas eleições presidenciais, mas principalmente as de 2010 e de 2014, onde diante de tudo que foi discutido o Programa Bolsa Família e o acesso do mesmo às famílias pobres brasileiras, se tornaram uma das principais pautas dentro das discussões dos eleitores, expressadas através das redes sociais e nas manifestações de rua contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), responsável pela criação e manutenção do Programa.

Como afirma Bastos (2013), depois das eleições de 2010, com a vitória de Dilma Rousseff, ocorreram grandes manifestações no mês de junho contra o governo, dentre as vozes que se unem em descontentamento com o mesmo ressoa o discurso pela revogação do direito ao voto dos beneficiários do programa Bolsa Família. De acordo com Rego e Pinzani (2014), essa privação de voz imposta aos indivíduos equivale ao não reconhecimento dos mesmos como sujeitos por parte daqueles que os silenciam e não querem vê-los, impondo-lhes a invisibilidade.

A humilhação é dupla: por um lado, o indivíduo é silenciado, por outro, vê imposta uma descrição que não corresponde a visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua. Isso pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia (por exemplo, quando o indivíduo pobre é chamado de “marginal”, de “preguiçoso”, de “vagabundo” ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão da pobreza). Ao receber esse rótulo de membros perigosos, inúteis e associas da comunidade, os pobres são de fato excluídos expressamente dela. (REGO E PINZANI, 2014, p.41- 40)

Uma recorrente acusação que recai sobre o Programa é que o mesmo estimula a dependência, não promovendo as chamadas “porta de saídas” através do trabalho. Dados divulgados por Brasil (2015) revelam que o perfil dos beneficiários é um perfil de trabalhadores, mas que possuem baixa renda, ressaltando também a importância do PRONATEC, que contribuiu no aumento de oportunidades educacionais de trabalhadores por também por meio da intervenção da Assistência Social.

Em alguns casos, até mesmo aqueles que trabalham formalmente recebem o benefício porque na soma total da renda per capita o valor não ultrapassa o limite da renda exigida pelo cadastro e, portanto ainda se encontram em situação de pobreza, nesses casos o benefício entra como renda complementar para essas famílias. De acordo com dados divulgados por Brasil (2014), quase 11 anos após a criação do programa 75,4% dos beneficiários estavam trabalhando, e ao contrário do que se acusa o Programa também estimulou o empreendedorismo, onde 350 mil pessoas que receberam o auxílio se tornaram micro empreendedoras individuais.

Outro aspecto importante a ser destacado, é o fato que muitos beneficiários deixam o programa, seja por meio da suspensão feita pelo CadÚnico quando os beneficiários conseguem uma renda maior do que o estipulado pelo benefício, ou por meio da devolução voluntária por parte dos beneficiários. De acordo com Arruda (2008), até 2004, 60.165 beneficiários pediram voluntariamente seu desligamento do Programa, de acordo com o autor, isso se ocorreu por meio de três fatores: a renda, em que mais da metade dos pedidos para deixar o benefício (34.185) vindos das Regiões Sul e Sudeste do País na maioria das vezes foi por meio do aumento na renda das famílias; o cadastro, onde de acordo com o autor “a primeira vista, a devolução dos cartões revela um sentimento de cidadania entre os pobres beneficiados, além de indicar que o Programa tem portas de saída”.

Ainda de acordo com Arruda (2008) existem fortes indicadores de que esse movimento está ligado ao aprimoramento do CadÚnico do governo federal, que reúne as informações dos programas sociais; e o último ponto foi a transparência, onde de acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Ademar de Oliveira, na rotina do atendimento sócio familiar, ele nota que as famílias são transparentes e que o sistema de cruzamento de dados

que permite acompanhar tudo o que acontece com o cadastro dos beneficiários:

[...] o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Ademar de Oliveira, confirma essa visão: "Na rotina do atendimento sócio-familiar, notamos que as famílias são transparentes. Além disso, temos um sistema de cruzamento de dados que permite acompanhar tudo o que acontece." Se uma criança de família beneficiada deixa de ir à escola, a direção comunica o fato ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente. Se não houver uma solução, a informação chega à assistência social, que controla o programa de transferência de renda e a família pode ser desligada. Da mesma forma, empregos com registro em carteira acabam sendo logo detectados pelo cadastro. Diante disso, a família prefere se afastar voluntariamente, quando melhora de vida, a ser flagrada em irregularidade. A vantagem é que, se a situação tornar a piorar, ela pode pedir a reinscrição. Isso não significa que não existam casos de pura solidariedade e cidadania. "Eles fazem parte da nossa rotina de trabalho", assegura o secretário Oliveira (ARRUDA, 2008 apud OLIVEIRA, s/a, s/p).

Depois de quase uma década do Programa Bolsa Família 1,69 milhão de beneficiários deixaram espontaneamente o benefício em FORMOSO (BA), TIMBIRAS (MA) e FORMOSA (GO), depois de declararem que tinham renda familiar acima do limite permitido (WEBER, 2013). De acordo com o secretário nacional de Renda de Cidadania, Luís Henrique de Paiva, esses beneficiários prestaram informações voluntariamente, durante a atualização cadastral, que é feita a cada dois anos pelas prefeituras, porém segundo o secretário, o governo não sabe se essas pessoas passaram a ter mais renda ou se ocorreu uma diminuição do número de integrantes da família, o que fez crescer a renda per capita (WEBER, 2013 apud PAIVA, 2013).

Outra recorrente acusação ao Bolsa Família, é que o mesmo estimula o aumento da taxa de natalidade. De acordo com Castro et al. (2009), essa relação que se faz entre um suposto aumento da taxa de natalidade entre os beneficiários demonstra uma concepção preconcebida, tradicional e sem apoio empírico, onde não foram encontrados dados que comprovem essa situação, pelo contrário os dados demonstram que apesar do alto índice de natalidade, a mesma tem decrescido no Brasil, até mesmo na zona rural, onde de acordo com os autores contém a população mais pobre e potencialmente candidata ao PBF.

Madeiro (2015), enfatiza que de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE, entre 2003 e 2013, houve redução no

número de filhos de 14 anos que caiu 10,7% no Brasil. Em relação a pesquisa realizada no recorte das famílias 20% mais pobres do país, a queda foi de 15,7%, sendo esse estrato social que inclui os quase 15 milhões de beneficiários do Bolsa Família. O autor ainda destaca por meio da pesquisa a significativa redução da taxa de natalidade no Nordeste, onde de acordo com ele localizam-se mais da metade dos beneficiários do programa do governo federal. As famílias 20% mais pobres da região registraram queda de 26,4% no número de filhos maior redução entre todos os estratos de renda e região.

A respeito da acusação que recai sobre o Programa Bolsa Família, o de ser utilizado como “moeda de troca” durante as eleições, esse tema tem sido alvo de pesquisas que medem a influência das políticas públicas e dos programas sociais sobre o voto dos eleitores, porém esse é um debate bastante complexo pelo qual divergem os pesquisadores. De acordo com Marques et al., (2009, s/p) “a determinação dos fatores que atuam em um resultado eleitoral sempre foi algo difícil mesmo para aqueles que a tem como objeto de pesquisa”, porém sugerimos a consulta das pesquisas que foram realizadas com objetivo de medir a influência do Programa Bolsa Família na eleição de 2006 e na eleição de 2010².

Em anos mais recentes, uma pesquisa realizada em 2013 que antecedeu o período eleitoral de 2014 divulgada pelo Estadão (Portal do estado de São Paulo) pelo pesquisador Cesar Zucco, enfatiza que apesar da preocupação que a oposição tinha com uma possível influência do Bolsa Família na decisão no voto dos eleitores nas eleições presidenciais, o pesquisador coloca ser inegável o impacto do programa nas eleições desde 2002, porém destaca que essa influência vem perdendo força, pois de acordo com Cesar o Bolsa Família beneficia quem está no Palácio do Planalto, mas os efeitos não recaem diretamente para o governo do PT (ARRUDA, 2013).

Um outro ponto relevante do estudo é que o Bolsa família favorece o governo, mas não tem efeito relevante para o PT, não favorece as candidaturas do partido a cargos legislativos ou nas disputas pelas prefeituras. A transferência de renda beneficia o candidato do governo na eleição para o governo federal, independentemente do partido ao qual esteja filiado. O eleitor não faz uma ligação direta do benefício com o PT. Ele recompensa com o voto quem está no governo, porque recebe o benefício, porque sua vida melhorou, da

² Cf. MARQUES et al. 2009; PEIXOTO & RENNÓ, 2011.

mesma forma que ele age quando a economia vai bem, ele está empregado e pode consumir. Se o governo mudasse de mão, o efeito continuaria. Quando você olha, porém, o efeito do programa na eleição para a Câmara Federal, verá que a distribuição dos votos é diferente, porque o programa não tem aqui o mesmo impacto que na eleição presidencial. Eu quero dizer que o Bolsa família não está gerando onda de partidização, de 'petização' dos beneficiários, de pobres com carteirinha do PT. Não temos um fenômeno semelhante ao que o peronismo causou na Argentina. O eleitor gosta do que o governo faz e vota no candidato que indica. Ele não vota no PT. (ARRUDA, 2013, s/p).

Em outra pesquisa, divulgada pelo portal de notícias “Época Negócios” no âmbito das eleições municipais de 2016, com dados levantados pela Agência O Globo, reafirma o estigma ao relacionar a vitória do PT em regiões onde existem grande parte de beneficiários do Programa. De acordo com a pesquisa, o Nordeste concentra metade dos beneficiários, nesta região a queda de prefeituras foi de 40% que mesmo sendo um desempenho negativo, de acordo com a pesquisa foi melhor do que em outras regiões como no Centro Oeste com redução de 86% e no Sudeste que perdeu três quartos de sua força, sofrendo sua maior derrota perdendo a prefeitura de São Paulo para o PSDB.

Um dos exemplos apontados pela agência Globo (2016), é o caso da Bahia, onde de acordo com a pesquisa realizada, o PT manteve 43 prefeituras e conquistou outras 70, sendo também na Bahia onde o partido tem o maior número de prefeituras “ainda que tenha passado de 92 para 39 — em 21 delas, mais da metade da população, é contemplada com o Bolsa Família.”

Baseado na análise dos cientistas políticos Eurico Figueiredo e Paulo Baía a respeito da pesquisa realizada pela agência Globo, para Eurico Figueiredo, o discurso que tenta associar o PT à corrupção e a crise, ganha menos expressão nas regiões em que houve mais políticas sociais. De acordo com ele, isso se deve a “oferta” de alguma coisa a populações que antes não tinham nada, colocando que a lógica é que isso estabeleça alguma proximidade com os eleitores.

Para Paulo Baía, o Programa Bolsa Família assim como o benefício da aposentadoria, é um benefício importante para uma região carente, colocando que ambos se configuram como as principais fontes de renda de muitos municípios do Nordeste, que fazem girar a economia local. Portanto, ambos relacionam a vitória do PT nesses municípios a incidência do Programa Bolsa

Família, onde de acordo com o cientista os beneficiários votam porque o governo está fazendo algo por pessoas que nunca antes tiveram uma assistência, ou um investimento regular (ainda que mínimo).

Em 2009, numa pesquisa amostral realizada por Castro et al. (2009), os autores tratam sobre as percepções da sociedade brasileira a respeito do Programa Bolsa Família, revelando que a população em geral demonstrou reconhecer o Programa, concordando que o mesmo é utilizado de forma adequada, mesmo considerando a existência de problemas em sua execução. Entretanto, a pesquisa revela um dado curioso e também relevante a nossa discussão, em que apesar do reconhecimento que o Programa Bolsa Família obteve, evidenciou-se uma disparidade de opiniões, entre aqueles que conhecem algum beneficiário, em relação aos que não conhecem nenhum beneficiário, onde os primeiros tiveram uma visão muito mais positiva a respeito do programa do que os segundos nas questões que foram levantadas pela mesma.

Aqueles que conhecem algum beneficiário do Bolsa família consideraram que o Programa traz mais coisas boas para o Brasil (77%). Inversamente, os que não conhecem nenhum beneficiário, mostraram maior tendência a considerar que o Programa não faz diferença (18%) ou traz mais coisas ruins para o Brasil (16%) [...] (CASTRO et al., 2009, p. 339).

Além disso, na pesquisa, também é possível identificar a disparidade de opiniões dos pesquisados a respeito do Programa Bolsa Família, variando de acordo com as regiões dos participantes:

No país, quase três a cada quatro respondentes (72%) consideraram que o Bolsa família traz mais coisas boas para o país. Essa posição variou significativamente nas regiões. O Nordeste registrou o menor percentual de entrevistados que afirmaram que o Programa não faz diferença (10%), enquanto nas outras regiões esse percentual ficou na faixa de 13% a 16%. Inversamente, os maiores percentuais de pessoas que consideraram que o Bolsa família traz mais coisas ruins ocorreu no sul (17%) e no centro-oeste (13%). Mesmo assim, foi majoritária a percepção positiva em todas as regiões brasileiras. (CASTRO et al., 2009, p. 338)

Dentre o que foi avaliado pela pesquisa, também se mediu o alcance dos objetivos do Programa Bolsa Família, em relação aos efeitos positivos e melhoria na vida das pessoas, famílias e comunidades, bem como a forma como os recursos (transferência de renda) estavam sendo utilizados, e em que

medida houve concordância entre os entrevistados com as críticas comumente direcionadas ao programa.

[...] o objetivo de manutenção das crianças na escola foi o que a população mais frequentemente percebeu (83%). Por outro lado, a eficácia na melhoria da saúde das gestantes, embora majoritária, foi a que apresentou menor frequência de concordância (64%), o objetivo de ajudar no combate à pobreza também foi menos assinalado (65%). O fato de conhecer ou não algum beneficiário associou-se a maior concordância com todas as afirmações, por exemplo, os que conhecem algum beneficiário concordam mais frequentemente que o Programa ajuda a combater a pobreza: 69% dos entrevistados que conhecem algum beneficiário e 52% dos que não conhecem resultados semelhantes mostravam-se em relação aos demais itens [...] (CASTRO et al., 2009, p. 340- 341).

De acordo com Lorenzi (2011), baseado em dados fornecidos pelo IPEA que mediram o investimento no Programa revelando que 56% dos gastos sociais tiveram retorno aos cofres públicos por meio da arrecadação de impostos, destaca também, que na cidade onde houve maior cobertura do Bolsa família, houve sensível melhoramento nos indicadores de saúde e educação. Lorenzi, também destaca que, no mesmo ano, o orçamento previsto de R\$ 16,5 bilhões durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, teve o alcance de cerca de 50 milhões de pessoas beneficiadas diretamente, com impacto no Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 23, 7 bilhões.

Exportado para pelo menos 11 países, o Bolsa família **melhora a saúde e a educação** das famílias beneficiárias. O índice de crianças e adolescentes de 6 a 16 anos fora escola diminui em 36%, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. A desnutrição infantil caiu de 12,5% para 4,8% de 2003 a 2008, entre crianças menores de 5 anos atendidas pelo Bolsa família. [...] Junco do Maranhão, cidade com a maior cobertura do Bolsa família - 91,6% da população recebia o programa em setembro de 2010. Nos últimos três anos, foram abertas uma loja de eletrodomésticos, pet shop, hortifruti, padaria, lanchonete, lan house, duas farmácias, duas lojas de material de construção, dois postos de gasolina, dois pontos de atendimento bancário, alguns mercadinhos, açougues e várias lojinhas de roupas. A paisagem mudou com o comércio e a substituição de casas de pau-a-pique por alvenaria (Destaques do autor) (LORENZI, 2011, s/p).

A respeito de como o benefício era utilizado pelas famílias no que se refere a compra de alimentos, compras para casa, compras de objetos de uso pessoal, roupas e calçados e compra de material escolar, a pesquisa de Castro et al. (2009) aponta que 79% dos entrevistados votaram pelo uso do benefício

com a compra de alimentos, em seguida a compra de material escolar (75%), já em relação a compra de artigos pessoais e de utensílios para o lar (60%), sendo novamente significativo a concordância com todos esses itens entre os entrevistados que conhecem beneficiários.

Porém, apesar da maioria dos entrevistados concordarem com a relevância do programa Bolsa Família na vida das famílias beneficiárias e que as mesmas fazem um “emprego adequado” do dinheiro da transferência de renda, no último item da pesquisa que mediu a concordância da população entrevistada com algumas críticas comumente dirigidas ao Programa Bolsa Família, Castro et al. (2009) aponta que a maior concordância entre os entrevistados se deu em relação a existência de fraude na inclusão de beneficiários que não fariam parte do público- alvo (82%), sobre a expectativa de acomodação que supostamente o programa causaria devido a regularidade do recebimento da renda foi de (67%), e sobre estimular a natalidade (56%).

Verificando as três afirmativas em conjunto, 45% concordaram com todas e 10% discordaram de todas. A comparação da média de afirmativas com as quais as pessoas concordaram entre os que conhecem e os que não conhecem beneficiários foi mais uma vez, significativa. Porém, nesse caso, o resultado foi invertido: entre os que não conhecem beneficiários, a concordância com as críticas foi maior. Pela nota-se que o resultado mais parecido foi quanto à expectativa de fraude na adesão ao Programa, alta e semelhante nos dois grupos de respondentes (CASTRO et al., 2009, p. 339).

Segundo dados do IPEA de 2008 – que de acordo com Marcio Pochmann pouco se alteraram posteriormente– demonstram que o custo do Programa Bolsa Família representa apenas 0,38% do PIB e cerca de apenas 3% do total de gastos com benefícios previdenciários e assistenciais do país, “um custo muito baixo para o nível de coesão social que promove e também para os efeitos benéficos que gera na atividade econômica das localidades em que sua incidência é maior. (POCHMANN, 2010, p. 8).

Com dados de 2010, Modesto & Castro (2010, p.20) destacam que:

O Programa tem uma despesa global baixa (de apenas 0,4% do PIB) e seus benefícios podem ser considerados modestos (o valor médio das transferências por família é de R\$ 95/mês). Mesmo assim, as transferências do Bolsa respondem por 16% da redução da desigualdade de renda ocorrida entre 1999 e 2009, por 1/3 da queda da extrema pobreza e por outros 16% da queda da pobreza no mesmo período. O fato de o Programa estar, de fato, atingindo seu

público-alvo, as famílias mais pobres, explica seus impactos significativos sobre a desigualdade e a pobreza.

Diante dos resultados dessa pesquisa, podemos inferir que a aproximação da sociedade brasileira com os beneficiários trás o reconhecimento dos reais impactos do programa para as famílias, contudo quanto menos aproximação dos pesquisados com os beneficiários mais se emitia uma visão pessimista e preconceituosa tanto sobre o benefício, quando sobre os beneficiários.

3.2.1 Impactos do Programa Bolsa Família

A respeito dos impactos do Programa Bolsa Família e a percepção da sociedade brasileira sobre os mesmos, verificamos que de acordo com a pesquisa realizada por Castro et al. (2009), no que se refere à concordância sobre os impactos positivos ou ausência deles quanto ao combate à pobreza, manutenção das crianças na escola, melhoria na educação, combate ao trabalho infantil, melhoria quanto à saúde das gestantes e das crianças, temos que:

Dos respondentes, 44% concordaram com todas as afirmações e 9% discordaram de todas elas. Ao verificar com quantas das seis afirmativas as pessoas concordaram, constata-se que quem conhece algum beneficiário concordou com quatro a cinco afirmações. Entre os que não conhecem beneficiários, a quantidade média foi de 3,6. Essas médias são significativamente distintas, indicando que o grau de concordância de que os objetivos do Programa Bolsa família estão sendo atingidos está relacionado ao conhecimento dele pelos beneficiários. Com relação à percepção sobre melhorias decorrentes do Programa Bolsa família na vida das pessoas, das famílias, das comunidades e da população, os dados indicam que a concordância foi de pelo menos 68%, exceto em relação a melhorias para toda a população [...]. No caso da percepção das melhorias, também foi significativa a associação com o fato de conhecer ou não algum beneficiário, sendo sempre maiores os percentuais de concordância entre os que conhecem (CASTRO et al., 2009, p. 342-343).

No que se refere aos impactos econômicos, no balanço feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) após 10 anos do Programa Bolsa Família, no que diz respeito ao retorno econômico entre os programa de transferência de renda, o Bolsa Família é a transferência com maiores efeitos, “[...] se a oferta for perfeitamente elástica e os demais pressupostos forem

respeitados, um gasto adicional de 1% do PIB no PBF se traduziria em aumento de 1,78% na atividade econômica” (NERI, VAZ & SOUZA, 2013, p. 204).

Os resultados mostram que as transferências que privilegiam as famílias mais pobres têm os maiores efeitos multiplicadores. O Programa Bolsa família, em particular, apresentou os melhores números entre as sete transferências sociais para todos agregados de interesse. No caso do PIB, o multiplicador foi de R\$ 1,78; ou seja, cada real adicional gasto no PBF estimularia um crescimento de R\$ 1,78 no PIB. O maior efeito do PBF foi sobre o consumo final das famílias, com multiplicador de R\$ 2,40.

Os autores Rego & Pinzani (2014) enfatizam que para a maioria, o Bolsa Família se constitui como a primeira experiência regular de obtenção de renda, como bem destaca os autores a transferência de renda é direcionada às famílias beneficiárias, mas fica prioritariamente no nome da mulher, e esse fato foi considerado positivo pela maioria das mulheres entrevistadas, por considerarem serem melhores gestoras da economia doméstica, aliado também a queixa de que seus maridos gastariam o dinheiro com coisas que não seriam prioritariamente aquilo que elas julgam ser mais importante para a família. Com isso, os autores destacam a contribuição do benefício com a autonomia das mulheres através da obtenção de uma renda regular prioritariamente em seus nomes, ainda que o benefício por si só não seja capaz de alterar as profundas marcas e consequências da pobreza na vida delas.

De um modo geral, a aprovação do programa por parte das beneficiadas é bastante grande. Porém, não deixam de ressaltar a insuficiência da renda recebida para se obter outras melhorias na vida e ganhar mais liberdade na escolha dos bens de consumo. Reivindicam renda maior diante da ausência quase absoluta de perspectiva de empregos regulares. Cabe salientar que seu horizonte de expectativas é reduzido e que apenas querem ter acesso a uma vida mais digna, habitações melhores do que seus miseráveis casebres, normalmente mal iluminados e ventilados e exíguos para abrigar toda família (REGO & PINZANI, 2014, p. 200-201).

Como também retratam Rego & Pinzani (2014), a respeito do impacto que a renda direcionada às mulheres pode provocar positivamente— ainda que de acordo com eles sejam “pequenas fendas” abertas na autonomia das mesmas – uma vez que essas mulheres pobres, vivem em lugares de grande

dominação masculina, pressionadas a se manterem em sujeição a uma cultura machista (pouco tinham de autonomia e poder de decisão), eles destacam que:

A libertação da “ditadura da miséria” e do controle masculino familiar amplo sobre seus destinos permite às mulheres um mínimo de programação da própria vida e, nesta medida, possibilita-lhes o começo da autonomização de sua vida moral. [...] O direito de escolha se exercer desde a esfera mais ampla da programação da própria vida até a possibilidade de escolher entre a compra de um tipo de alimento mais que de outro, de uma roupa, de um creme para o cabelo e assim por diante. Isso pode configurar a via de passagem a uma maior liberdade pessoal – situação está muito diversa daquela na qual a mulher se encontrava excluída objetiva e subjetivamente dessa esfera. Seu destino, do nascimento a morte, estava gravado profundamente nas suas subjetividades: seriam pobres, casadas muito jovens com homens também pobres, morariam em casebres e nem sequer escolheriam o número de filhos que gostariam de ter. [...] Corpo e destino se fundem em uma combinação opressiva e fatal para essas mulheres. Desejar ou até realizar a laqueadura representa um início de controle sobre seu corpo e, portanto, sobre parte do seu destino (REGO & PINZANI, 2014, p. 203-204).

Rego & Pinzani (2014), também destacam que o fato das mesmas receberem essa renda regular, não as tirou da condição de pessoas pobres, porém com o recebimento do Bolsa Família foi possível suprir a carência da compra de alimentação, e com isso ampliou-se a perspectiva das mulheres de se dedicarem a outras atividades diversificadas, bem como atividades econômicas.

Essa é uma forma de autonomização, de libertação da necessidade mais básica e imediata, a saber, da necessidade de alimentar-se. [...] O recebimento da renda monetária trouxe para muitas mulheres um elemento decisivo: a dignificação das suas pessoas como sentimento pessoal. Recorremos mais uma vez a entrevista com Dona Inês. Essa jovem mulher afirma que o cartão Bolsa família lhe conferiu na cidade, além de confiabilidade, mais dignidade pessoal. [...] De modo geral, as mulheres beneficiárias do BF não conheciam a experiência de regularidade do rendimento monetário e da confiabilidade que passaram a fruir entre os comerciantes da cidade, além de tantas outras exigências sociais para um mínimo de vida digna. O ganho da confiabilidade é visto por quase a totalidade delas como mais um fator positivo provindo da bolsa, pois ser uma pessoa confiável é um fator importante nessas paragens: conforma a aquisição de mais respeitabilidade e é vivido como um aumento de auto respeito (REGO & PINZANI, 2014, p. 205; 208).

Para exemplificarmos, no estado de Alagoas, na capital Maceió, segundo dados apontados por Rego & Pinzani (2014), através da fala de um dos entrevistados (Cícero Pércles), relatou-se que como impacto do benefício

houve um aumento contínuo no consumo na região em que não há praticamente indústrias (com exceção da fábrica de tecidos de Delmiro Golveia), com predomínio de médias e pequenas propriedades territoriais, onde de acordo com os autores a estrutura fundiária da região sofre com difíceis condições climáticas, ainda que dentro de uma dinâmica de economia muito simples desenvolvida dentro das condições dos moradores. “O BF não se limita a sustentar as famílias que o recebem, mas dá a elas um certo fôlego que lhes estaria permitindo sair da atual situação de privação absoluta de bens” (Ibid., 2014).

Outro dos muitos casos emblemáticos citados por Rego & Pinzani (2014), diz respeito mais uma vez as mulheres, que foram em sua maioria entrevistadas, as quais residem numa região de Maceió na localidade de Peroba, próximo a Maragogi. Os autores retratam através de seus depoimentos a dura realidade delas, pois nessa região algumas das mulheres que não possuem renda estável trabalham como “cavadoras de maçonim”, e os vendem em feiras e hotéis da região pelo valor de R\$ 10.00 o quilo, às vezes por menos por causa da concorrência com outras cavadoras, um trabalho que para ser realizado depende da maré baixa o que dificulta a constância no rendimento, além desse ser um tipo de atividade econômica estigmatizado na própria região. Rego & Pinzani (2014), relatam que tudo isso ocorre numa região bastante turística (Maragogi), que como descrevem os autores possuem belas praias, hotéis, pousadas e restaurantes, frequentados pela classe média, mas que não empregam essas mulheres por não possuírem experiência, capacitação além de terem pouca escolaridade e em sua maioria nem mesmo serem alfabetizadas.

Nas demais entrevistas que realizamos pôde-se constatar a importância da bolsa em suas vidas. Isso se manifestou de várias maneiras, desde a afirmação geral sobre sua insuficiência para lhes garantir uma vida melhor e mais digna até sua imprescindibilidade para continuarem vivendo. Todas reconheceram que, se suas vidas eram duras, sem a bolsa o seriam ainda mais. Esse reconhecimento apareceu na forma de respostas como: “Ah! Não sei o que seria de nós pobres sem essa bolsa” (REGO & PINZANI, 2014, p. 108).

Como já mencionado, o ganho de confiabilidade é visto por quase a totalidade das beneficiárias como mais um fator positivo provindo do Bolsa

Família. De acordo com os autores, ser confiável para essas famílias significa a aquisição de mais respeitabilidade no âmbito social em que elas vivem, além do aumento do auto respeito. A desconfiança, acarreta a essas famílias sentimentos muito negativos, e grandes sofrimento pessoal, pois lhes impõe vergonha e humilhação, elementos centrais nos processos de destruição da sua dignidade (REGO & PINZANI, 2014, p. 209).

Os autores defendem que o Programa Bolsa Família não é uma esmola governamental, mas é um benefício que acaba criando condições para uma mudanças profundas na estrutura sentimental dos beneficiários, enfatizando também que Políticas públicas, mesmo compensatórias, trazem consigo algum poder germinativo de formação de cidadãos em sentido substantivo, “[...] em razão das dimensões morais e éticas inerentes às dotações monetárias feitas pelo Estado” (REGO & PINZANI, 2014, p. 217).

De acordo com Rego & Pinzani (2014), para que os possíveis impactos de cidadania, sua ampliação e profundidade, sejam de fato efetivos para as famílias beneficiárias, se faz necessário o comprometimento do poder local com essa questão, onde os beneficiários sejam objetos de políticas municipais específicas que estimulem a participação política através de organizações e conselhos.

Nesse sentido, os autores enfatizam que a política de transferência estatal de renda no Brasil atual não é simplesmente uma política de urgência moral que garante o direito à vida, mas que representa também o primeiro passo à substantivação da nossa democracia. Ainda de acordo com Rego & Pinzani (2014), a história em diversas situações nacionais demonstram que as urgências morais, quando reconhecidas pelo Estado, são responsáveis por darem início a melhoria de vida das famílias pobres, por mínima que seja, grava-se profundamente na alma das pessoas, e amplia seus horizontes para o surgimento de exigências libertárias maiores. Além disso, os autores pontuam que o Programa Bolsa Família possui embrionariamente condições de se transformar em política pública de cidadania para se efetivar no país, um desenvolvimento econômico que seja comprometido com a radicalização substantiva da democracia no Brasil.

Diante disso, entendemos que o Programa Bolsa Família é um benefício que apresenta impactos significativos para seu público-alvo que como já

mencionado são pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Onde, a partir da análise dos mesmos foi possível identificarmos também impactos em aspectos da vida das famílias que não são quantificáveis como: a libertação da miséria, a autonomia e o poder de escolha em relação ao planejamento familiar, ou da própria vida (especialmente em relação as mulheres), o impacto na auto estima e auto confiança dessas famílias, e sobretudo a ampliação da perspectiva de vida, que revelam a urgência de uma atuação maior e mais abrangente do Estado diante das múltiplas carências econômicas, sociais e culturais de que padecem muitas famílias brasileiras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo analisamos os desafios da assistência social no Brasil desde a sua gênese em meados da década de 1930, posteriormente tornando-se política de assistência social com a promulgação da constituição federal (1988), até os desafios encontrados para sua consolidação com o avanço do neoliberalismo (1990), contexto esse em que surge no Brasil o debate em torno dos programas de transferência de renda, sendo essa uma das grandes apostas da política de assistência social desde então.

Posteriormente, analisamos um dos maiores programas sociais do país, o Programa Bolsa Família, criado durante o governo Lula, a partir da unificação e ampliação da cobertura dos programas anteriores (governo FHC), significando uma nova fase para os programas sociais que, até então, eram pouco articulados e não cobriam toda a população que deles necessitavam, além dos problemas de gerenciamento que apresentavam. O programa Bolsa Família representou, então, grandes avanços diante dos programas anteriores, pois ampliou sua cobertura para todos os municípios do país, mantendo as contrapartidas nas áreas de saúde e educação e aprimorando o gerenciamento do programa com a efetivação do CadÚnico.

Um dos aspectos mais importantes discutidos refere-se aos estigmas e críticas direcionados ao Bolsa Família, que emergem principalmente durante as últimas eleições presidenciais e também durante recentes manifestações contra o governo petista, para compreensão e debate em torno de tais críticas direcionadas ao benefício, discutiu-se a gênese da pobreza no Brasil. Com essa discussão foi possível apontar que os estigmas que cercam o referido Programa emergem dos valores neoliberais difundidos num país que historicamente cultivava preconceitos e a exclusão dos pobres, e se colocam contra as ações do Estado quando o mesmo atua na promoção de políticas sociais, não relaciona-se portanto a existência da pobreza e suas expressões ao modo de produção capitalista e suas crises cíclicas, em particular ao modelo de capitalismo periférico presente no Brasil com marcas do colonialismo e escravagismo.

Temos, então, uma cultura que privilegia majoritariamente uma minoria da população, que tem acesso aos mais variados bens de consumo, acesso a

alimentação adequada, saúde e educação de qualidade, cultura, lazer, e uma vida de oportunidades, ao passo que grande parte da população brasileira padece com a privação de bens indispensáveis para manutenção de uma vida digna, fatos que minimizam a perspectiva de um futuro melhor e de ascensão social. Como resultado dos impactos negativos na vida dos sujeitos que sobrevivem à margem da dinâmica da vida em sociedade, estão o sentimento de vergonha, de não pertencimento, de inferioridade e, até mesmo, a interiorização do discurso que a sociedade expressa sobre as mesmas.

Nesse sentido, constatamos a relação entre os estigmas em torno do Bolsa Família (um programa que representa uma ação do Estado para minimizar as diferenças sociais, sem contudo esquecermos que é uma ação mínima, visto o valor do benefício) ao preconceito já cultivado contra o pobre na sociedade brasileira, que conseqüentemente recai contra o Estado quando o mesmo atua na promoção de políticas que atenuem a desigualdade social e econômica presente no país.

Contudo, apesar das limitações do Bolsa Família e das críticas a que lhe cabe, pois como discutimos ao longo da pesquisa, a criação dos primeiros programas de transferência de renda nasceram num contexto marcado pelo avanço do neoliberalismo, em que diminuiu-se o papel do Estado na proteção social, reservando esse papel ao setor privado e setores da sociedade civil com o retorno de práticas assistencialistas, filantrópicas e voluntaristas, apesar também do benefício não ser uma política pública e, por muitas vezes, não ser reconhecido como um direito pelos beneficiários, a proposta do programa Bolsa Família percorre o caminho das limitações, mas também de avanços incontestáveis que geram impactos significativos para a população desassistida em todo país, proporcionando o vislumbre de novas possibilidades para as famílias beneficiárias, onde a análise desse impactos contribuíram na desmistificação dos principais estigmas direcionadas ao programa e aos beneficiários.

Como discutido, os estigmas direcionados ao programa estão mais ligados ao preconceito presente em nossa sociedade, pois ao analisarmos as principais queixas direcionadas ao Bolsa Família: o estímulo à dependência à renda regular provinda do benefício, o estímulo ao ócio, o aumento da taxa de

natalidade, as fraudes e a influência no voto, constatamos que a maioria dessas críticas não condizem com a realidade.

Os estudos em torno dessas questões tem mostrado que o Programa apesar das suas limitações, contribuiu em muitos aspectos na vida das famílias mais pobres do país, não só no aspecto monetário, mas também nos aspectos sociais, culturais e políticos, pois ao contrário do que se acusa nos casos estudados, em vez do estímulo ao ócio, o programa Bolsa Família contribui com a renda de famílias que, em sua maioria, já exercem algum tipo de atividade remunerada, porém são trabalhos informais e subempregos. Como evidenciamos durante a pesquisa, em alguns casos, o benefício representa o primeiro acesso a renda regular.

Durante a discussão percebemos, ainda, o impacto da renda prioritariamente direcionado às mulheres, fator visto por elas como algo bastante positivo na proposta do Programa, pois para muitas a renda regular significou ganho de confiabilidade local, a possibilidade de terem autonomia sobre suas vidas e corpos, no que se refere ao controle da natalidade, à manutenção ou não de casamentos violentos e pressões familiares, além de abrir o horizonte dessas mulheres (boa parte analfabetas ou semianalfabetas) para realizarem outros tipos de atividades.

Outro aspecto desmistificado diz respeito à relação que se faz entre o benefício do Bolsa Família ao aumento da taxa de natalidade, pois essa questão está mais relacionada à desinformação das famílias sobre seu controle, e à questões culturais e religiosas, pelo fato das mulheres viverem em ambientes machistas sob domínio de famílias patriarcalistas, devendo-se ressaltar que o benefício do Bolsa Família é um valor considerado irrisório diante do “custo” para criação de filhos. Além disso, durante a pesquisa de Madeiro (2015), com dados da PNAD do IBGE, constatou-se um decréscimo na taxa de natalidade no Brasil de filhos de 14 anos, pois caiu 10,7%. No recorte das famílias 20% mais pobres do país, a queda foi de 15,7% (que inclui os quase 15 milhões de beneficiários do Bolsa Família).

A respeito da acusação de que o benefício influencia no voto dos beneficiários, pelas pesquisas analisadas, notamos que este é um tema bastante complexo até por quem se dispõe a estudá-lo, e que para tal deve-se levar em consideração vários fatores, não simplesmente estabelecer um elo

causal entre o recebimento do Bolsa Família e o voto dos beneficiários ao candidato do governo federal que criou o Programa e em membros do seu partido. Contudo, a respeito desta discussão é importante destacar que a partir da análise das entrevistas realizadas por Rego e Pinzani (2014) retratadas no livro: “Vozes do Bolsa Família”, evidenciamos a percepção especialmente das mulheres com a questão do Bolsa Família ser ou não um direito, constatando-se que muitas ainda vêem o benefício como um ato de bondade principalmente do ex-presidente Lula, enquanto as mais alfabetizadas o vislumbram como um direito.

Nesse sentido, para que os beneficiários se percebam como sujeitos de direitos e exerçam de fato a sua cidadania, faz-se necessário um trabalho maior dos gestores do Programa Bolsa Família na promoção de espaços de debate democráticos sobre o Programa e outras políticas e serviços voltados ao atendimento das necessidades da população, e que haja por parte do Estado a promoção de políticas públicas e melhoramento na qualidade e no acesso as unidades de saúde e as escolas, para que as condicionalidades sejam alcançadas com efetividade, além da criação de espaços de inclusão para essa significativa parcela da população. Fazendo-se necessário também, que gestores não só da esfera federal, como estadual e municipal, bem como profissionais de serviço social e os demais gestores do Programa abram espaços de diálogos mais acessíveis a essas famílias, como forma de contribuir com o exercício da cidadania delas, e com a compreensão de que os beneficiários são sujeitos de direito e que políticas ou programas sociais não são uma mera ajuda governamental.

A respeito das críticas de que no gerenciamento do programa Bolsa Família e por parte dos beneficiários ocorre a prática de fraudes e corrupção, temos que esse fator não é algo inerente ao Programa, mas é mais um traço presente na cultura brasileira que se manifesta nos mais variados setores e classes sociais; portanto, também não está associado aos pobres. Como discutimos, quando há aumento da renda acima dos limites do estabelecido para permanência das famílias no Bolsa Família, o CadÚnico executa o bloqueio do benefício através do cruzamento de informações que pode vir a ser cancelado, ação que serve também no que diz respeito a averiguação do cumprimento das condicionalidades, portanto a efetivação do CadÚnico tem

minado as práticas de fraudes com o programa. Além disso, como exemplificado no presente estudo, constatamos o registro da devolução voluntária do cartão aos órgãos de cadastro do benefício quando as famílias tiveram aumento na renda.

Sobretudo, levantamos que os impactos do benefício se sobressaem em muitos outros aspectos, diante das críticas aqui citadas, pois evidenciamos que, para além da contribuição financeira ainda que mínima, a transferência de renda condicionada que propõe contrapartidas na saúde e educação da família, contribui nos aspectos inclusivos, morais, éticos, e com vislumbre de novas possibilidades para as famílias beneficiárias.

Por se tratar de um tema bastante extenso, o presente estudo não abrangeu a discussão sobre os mais variados aspectos do Programa Bolsa Família, nem se aprofundou em discutir a fundo as suas limitações. Contudo, novamente com a contribuição das pesquisas realizadas por Rego e Pinzani (2014), constatou-se que ainda que de forma embrionária o repasse financeiro a essas famílias contribui com o processo de cidadania e democracia, pois essas famílias que antes não tinham perspectiva, mesmo com a renda mínima agora anseiam por melhorias ainda maiores através do surgimento de novas possibilidades que ampliam suas perspectivas.

Com a discussão do presente estudo percebemos então, que no Brasil, onde privilegia uma minoria da população brasileira que conserva através da defesa de ideais neoliberais uma discriminação contra expressiva parte da população brasileira que se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza, se faz necessário a manutenção, expansão e aprimoramento de programas sociais como o Bolsa Família, uma vez que seus impactos embrionariamente proporcionam para os beneficiários a abertura da possibilidade de mudança de vida nos aspectos econômicos, sociais e culturais, proporcionando a elas uma vida mais integrada à sociedade, ganho de confiabilidade, de autonomia especialmente para as mulheres e de novas perspectivas para seus maridos e filhos.

Sobretudo, com essa discussão, pretendemos ressaltar a nossa defesa a urgência pela efetivação de políticas públicas ainda mais abrangentes e efetivas que promovam ascensão social, inclusão e possibilidades concretas

para o pleno exercício da cidadania dessas famílias brasileiras, na representação das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sara Camêlo. **O Significado do Programa Bolsa Família para as Beneficiárias Atendidas na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Ana Amélia Vilar Cantalice no Município de Campina Grande-PB.** 2010. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Serviço Social, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.

AGÊNCIA O GLOBO. **Queda do PT foi menor onde o Bolsa Família é mais presente:** Petistas vence em cidade onde maioria da população recebe benefício. *Época Negócios*, 03 Nov 2016. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2016/11/queda-do-pt-foi-menor-onde-bolsa-familia-e-mais-presente.html>>. Acesso em: 26-10-2017.

ARRUDA, Roldão. **O efeito eleitoral do Bolsa Família cai a cada disputa.** *Estadão*, São Paulo, 02 Jan 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,o-efeito-eleitoral-do-bolsa-familia-cai-a-cada-disputa-imp-,1037994>>. Acesso em 15-08-2017.

_____: **Beneficiários que Melhoram de Vida Pedem para Sair do Bolsa Família.** *Estadão*, São Paulo, 11 Ag 2008. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,beneficiarios-que-melhoram-de-vida-pedem-para-sair-do-bolsa-familia,221381>>. Acesso em: 26-10-2017.

ASSIS, Simone de Araújo Góes. FERREIRA, Jhonatan. Usos, Potencialidades e Limitações do Cadastro Único no Subsídio às Políticas Sociais para a População de Baixa Renda. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 15-12-2017

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. Sobre as Utilidades do Cadastro Único. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 15-12-2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Programa Bolsa Família Gestão das Condicionalidades SICON.** 2003. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/novo_sicon.pdf>. Acesso em: 02-11-2017.

_____: **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família.** Brasília. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos_a_enviar/MIOLO%20-%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print.pdf>. Acesso em: 11-12-2017.

_____: **MDS cria Rede Brasileira de Bancos de Alimentos.** Brasília. 2016. Disponível em: < <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/abril/mds-cria-rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>>. Acesso em: 14-12-2017.

_____: **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Brasília. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 14-12-2017.

_____: **Programa Fomento.** Brasília. s/a. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/inclusao-productiva-rural/programa-fomento>>. Acesso em: 14-12-2017.

_____: **Programa Cisternas.** Brasília. s/a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>. Acesso em: 14-12-2017.

_____: **PRONATEC.** Brasília. 2015. Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/inclusao-productiva-urbana-1/pronatec>. Acesso em: 14-12-2017.

BRASIL. Brasil é destaque em relatório da ONU sobre fim da pobreza. Brasília. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/brasil-e-destaque-em-relatorio-da-onu-sobre-fim-da-pobreza>>. Acesso em: 09-06- 2017.

_____: **Brasil retira 36 milhões da miséria extrema e bate meta da ONU para mortalidade infantil.** Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/brasil-retira-36-milhoes-da-miseria-extrema-e-bate-meta-da-onu-para-mortalidade-infantil-1>>. Acesso em: 10-11-2017.

_____: **Bolsa Família: 75,4% dos beneficiários estão trabalhando.** Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-75-4-dos-beneficiarios-estao-trabalhando>>. Acesso em: 08-08-2017.

_____: **Perfil dos beneficiários do Bolsa Família é de trabalhadores com baixa renda.** Brasília. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/08/perfil-dos-beneficiarios-do-bolsa-familia-e-de-trabalhadores-com-baixa-renda>>. Acesso em: 17-08-2017.

_____: **Crianças beneficiárias do Bolsa Família têm frequência escolar maior que 85%.** Brasília. 2012. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/09/criancas-beneficiarias-do-bolsa-familia-tem-frequencia-escolar-maior-que-85>>. Acesso em: 12-12-2017.

BRASIL. **Calendário Bolsa Família 2017: Pagamentos, Consulta**. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://calendariobolsafamilia2017.com/calendario-bolsa-familia-2017/>>. Acesso em: 18-11-2017.

BRASIL. Lei nº 10.836, 9, Janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Edição Federal, Brasília: DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 26-10-2017.

_____: Lei nº 8.742, 7, Dezembro de 1993. **Dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Edição federal, Brasília: DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 15-09-2017.

BREILLER, Pires: **Brasil despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU**: País aparece entre os 10 mais desiguais do mundo. Além da diferença entre ricos e pobres, levantamento ressalta desvalorização e baixa representatividade da mulher na sociedade brasileira. El País. São Paulo, 21 mar. 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html>. Acesso em: 07-07-2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Contra o Estigma da Pobreza**. Carta Capital. Segunda-feira, 21 Ag. 2013. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/economia/vozes-da-pobreza-1525.html>>. Acesso em: 04-07-2017.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. Efeitos Macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma análise comparativa das Transferências Sociais. In. **Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania**. Brasília. 2013. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>. Acesso em: 26-10-2017.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira et al. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. In: Opinião Pública [online]. Campinas. 2009, vol, 15, n.2, pp. 333-355 Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641334/9157>>. Acesso em: 14-08-2017.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Henrique. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília. 2010. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 26-10-2017.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez. 2014. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=e9LFAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=sistema+%C3%BAnico+de+>

assist%C3%A2ncia+social&ots=9wZXHHpSO_&sig=D0gpKzK3lsytN6P2bL2vWcu9nlk#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 05-05-2017.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Estado e políticas sociais no Brasil: formas históricas de enfrentamento a pobreza.** In. III Jornada Internacional De Políticas Públicas Questão Social E Desenvolvimento No Século Xxi, 3. 2007. São Luís – MA. 2007. 6f. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/da432eb1d3cfdb310903Cleonilda.pdf>>. Acesso em 15-09-2017.

FILHO, Walter Simões in CONSULTORIA LEGISLATIVA. **Assistência social legislação e programas sociais do governo federal.** Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Assistencia-Social-Legisla%C3%A7%C3%A3o-e-Programas-do-Governo-Federal.pdf>>. Acesso em: 13-10-2017.

JACCOUD, Luciana. O Programa Bolsa Família e o Combate à Pobreza: Reconfigurando a Proteção Social no Brasil?. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 29 -03- 2017.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista Katálysis, v.10, n. espn, p.37-45, Fev./Mar., 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>>. Acesso em: 21-11-2017.

LOPES, Márcia. Apresentação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 15-12-2017.

LORENZI, Sabrina. **Gasto com Bolsa Família aumenta PIB em R\$ 23,7 bi: Ipea mostra que 56% dos gastos sociais retornam aos cofres públicos em arrecadação de impostos.** IG, Rio de Janeiro, s/p, 01 Mar. 2011. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/gasto-com-bolsa-familia-aumenta-pib-em-r-237-bi/n1238126027945.html>>. Acesso em: 08-11-2017.

MADEIRO, Carlos. **Queda de Natalidade é maior entre beneficiários do Bolsa Família, diz IBGE.** UOL Notícias, 01 Abr. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/01/queda-de-natalidade-e-maior-entre-beneficiarios-do-bolsa-familia-diz-ibge.htm>>. Acesso em: 26-10-2017.

MARQUES, Rosa Maria et al. **Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 29, n.1, Jan./Mar. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000100007>. Acesso em: 26-10-2017.

MODESTO, Lucia; CASTRO, Jorge Abrahão. Introdução. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 15-12-2017.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento: Poverty, “social issue” and its confrontation**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 110, abr/jun., 2012. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/nR33120487j7O65JW81e.pdf>>. Acesso em: 20-09-2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **A Dialética Estado\ Sociedade e a Construção da Seguridade Pública**. In: Cadernos da ABONG, São Paulo, nº30, 2001, p. 13-38.

POCHMANN, Marcio. Apresentação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 15-12-2017.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Unesp, 2014.

SANTANA, Eline Peixoto; SILVA, Jéssica Aparecida dos Santos; SILVA, Valdianara Souza. **Histórico da Política de Assistência Social: uma construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 6. 2013. **Anais...** São Luís do Maranhão: UFMA, s/d, s/p. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/pdf/historicodapoliticadeassistenciasocial.pdf>> Acesso em: 22-02-2017

SARTORI, Elisiane. **Família e Proteção Social: Todos sob o mesmo teto**. São Paulo: Papel Social, 2012.

SILVA, Maria Helena Cariaga. **Nas redondezas da cidade: Um estudo do Programa de Assistência Social à Família- PROASF na região Leste de São Paulo**. 2005. 96f. Trabalho de conclusão de mestrado (Dissertação). Curso Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17624/1/Dissertacao%20Maria%20Helena%20Cariaga.pdf>> Acesso em 16-07-2017.

SIQUEIRA, Luana de Souza. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <http://www.bdttd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3731>. Acesso em: 20-09-2017.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Nátalia. O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional e Possibilidades Futuras. In **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 15-12-2017.

WEBER, Demétrio. **Bolsa Família: mais de 1,6 milhão de casas abrem mão do benefício**. O Globo. 07 Mai. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsa-familia-mais-de-16-milhao-de-casas-abriram-mao-do-beneficio-8312947>>. Acesso em: 26-10-2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. 2005. Disponível em <<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000175-4316b440ff/Yazbek,%20Maria%20Carmelita.%20Estado%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais.pdf>>. Acesso em: 03-11-2017.

_____. **Estado e Políticas Sociais**. 2008. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40619016/Estado_e_Pol%C3%ADticas_Sociais.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1511747684&Signature=8lvKvX3OycHJSnhhJNjfFjVb2zQ%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DESTADO_E_POLITICAS_SOCIAIS.pdf>. Acesso em: 26-10-2017.

_____. **Serviço Social e pobreza: Social Work and Poverty**. Katálisis, Florianópolis, v. 13, n. 2, Jul./Dez., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/01.pdf>>. Acesso em: 21-08-2017.